



CAPITULO IV

4. DOS BALANÇOS GERAIS

4.1. Balanços da Administração Direta

4.1.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário consiste na comparação entre as receitas previstas com as realizadas e entre as despesas fixadas com as executadas, devendo ser apresentado conforme anexo 12, da Lei nº 4.320/64.

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- (a) as receitas por fonte (espécie); e
- (b) as despesas por grupo de natureza.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



TABELA 78

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Conforme MCASP, 5ª edição)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)		
RECEITAS CORRENTES	15.418.197.692,89	15.963.865.669,03	15.996.549.454,21	32.681.785,18		
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.935.966.874,18	9.337.287.474,18	9.275.368.148,65	-61.919.325,53		
RECEITA PATRIMONIAL	206.467.581,69	212.035.915,64	345.855.730,36	133.819.814,72		
RECEITA DE SERVIÇOS	18.265.555,00	18.265.555,00	10.665.466,81	-7.603.088,19		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.994.302.094,75	5.991.790.245,05	5.865.960.814,52	-125.829.430,53		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	263.195.587,27	404.486.479,16	498.699.293,87	94.212.814,71		
RECEITAS DE CAPITAL	3.521.340.630,90	4.931.840.186,29	2.446.051.443,38	-2.485.788.742,91		
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	2.456.937.034,43	3.234.234.884,74	1.633.746.799,08	-1.600.488.085,66		
ALIENAÇÃO DE BENS	18.041,00	212.262,49	290.922,03	2.696.967,51		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.061.342.588,47	1.671.247.381,56	740.532.897,27	-930.714.484,29		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	324.296,70	26.145.657,50	68.862.517,03	-427.16.859,53		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	18.939.738.323,79	20.895.705.855,32	18.442.600.897,59	-2.453.104.957,73		
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III)	18.939.738.323,79	20.895.705.855,32	18.442.600.897,59	-2.453.104.957,73		
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (V)=(III-IV)	18.939.738.323,79	20.895.705.855,32	18.442.600.897,59	-2.453.104.957,73		
SALDO DE EXER. ANTERIORES (UTILIZ. PARA CRÉDITOS ADICIONAIS) superávit Financeiro Reabertura de Créditos Achantais						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	i=(e-g)
DESPESAS CORRENTES	10.469.428.132,43	10.920.282.466,64	10.664.180.572,70	10.574.629.601,26	10.471.776.903,71	256.101.893,94
PROVAIS E ENCARGOS SOCIAIS	5.287.931.245,55	5.397.478.795,64	5.362.407.868,05	5.360.818.151,97	5.322.700.561,72	35.071.927,59
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	277.737.823,00	278.661.012,80	272.568.633,97	272.568.630,97	272.568.630,97	6.092.381,83
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.903.760.063,88	5.244.142.658,20	5.029.204.073,68	4.941.242.818,32	4.876.507.711,02	214.938.584,52
DESPESAS DE CAPITAL	1.670.919.362,34	5.374.476.502,22	3.283.816.891,96	1.095.767.981,61	3.078.854.809,77	2.090.659.610,26
INVESTIMENTOS	3.168.615.523,34	4.614.778.258,27	2.580.307.881,20	2.397.254.472,85	2.380.341.299,01	203.470.377,07
INVERSÕES FINANCEIRAS	75.151.944,00	222.328.818,87	172.071.116,65	167.075.616,65	167.075.616,65	50.257.702,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	427.151.895,00	537.369.425,08	531.437.894,11	531.437.894,11	531.437.894,11	5.931.530,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	443.362.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVADO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	14.184.681.744,77	16.294.758.968,86	11.947.997.464,66	13.670.397.584,87	13.550.631.713,48	2.346.761.504,20
AMORT. DA DIV./REFINANCIAMENTO (VII)	64.897.992,00	63.277.093,28	63.277.053,28	63.277.093,28	63.277.093,28	0,00
Amortização da Dívida Interna	64.897.992,00	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,23	63.277.093,28	0,00
~o da Dívida Edema	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	14.249.581.736,77	16.358.036.062,14	12.011.274.517,94	13.731.674.678,15	13.613.908.806,76	234.676.1504,20
SUPERÁVIT (IX)	4690.156.587,02	4.537.669.793,18	4.431.326.339,65	-	-	106341453,53
TOTAL (X)=(VIII+IX)	18.939.738.323,79	20.895.705.855,32	18.442.600.897,59	13.731.674.678,15	11.613.908.806,76	2451104.957,73

FNTE: SGP/SEFAZ



TABELA 79

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Conforme Lei no 4.320/64)

RECEITA			
(1,00)			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES	15.963.865.669,03	15.996.549.454,21	32.683.785,18
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.337.287.474,18	9.275.368.148,65	-61.919.325,53
RECEITA PATRIMONIAL	212.035.915,64	345.855.730,36	133.819.814,72
RECEITA DE SERVIÇOS	18.265.555,00	10.665.466,81	-7.600.088,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.991.790.245,05	5.865.960.814,52	-125.829.430,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	404.486.479,16	498.699.293,87	94.212.814,71
RECEITAS DE CAPITAL	4.931.840.186,29	2.446.051.443,38	-2.485.788.742,91
SOMA	20.895.705.855,32	18.442.600.897,59	-2.453.104.957,73
DEFICIT	0,00	0,00	0,00
TOTAL	20.895.705.855,32	18.442.600.897,59	-2.453.104.957,73

DESPESA			
(1,00)			
TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
CRÉDITOS ORDINÁRIOS E SUPLEMENTARES	16.343.084.473,29	14.000.977.367,03	-2.342.107.106,26
CRÉDITOS ESPECIAIS	14.951.588,85	10.297.190,91	-4.654.397,94
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SOMA	16.358.036.062,14	14.011.274.557,94	-2.346.761.504,20
SUPERÁVIT	4.537.669.793,18	4.431.326.339,00	-106.343.453,53
TOTAL	20.895.705.855,32	18.442.600.897,59	-2.453.104.957,73

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Deduções para a Formação do FUNDEB e Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10 da Administração Direta e a tabela resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:

A tabela abaixo demonstra o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias da Administração Direta, evidenciando-as por categoria econômica e confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a sua realização.

TABELA 80
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

(R\$ 1,00)

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b - a)	
RECEITAS CORRENTES	7.179.258,00	7.179.258,00	118.303.111,77	111.123.853,77	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.179.258,00	7.179.258,00	118.303.111,77	111.123.853,77	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	6.909.877,88	6.909.877,88	
RECEITAS DIVERSAS	7.179.258,00	7.179.258,00	111.393.233,89	104.213.975,89	
Restituição de Receitas Correntes	0,00	0,00	-41.162,26	-41.162,26	
Restituição de Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	-41.162,26	-41.162,26	
Total Global	7.179.258,00	7.179.258,00	118.261.949,51	111.082.691,51	

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e - f)
DESPESAS CORRENTES	667.729.506,19	685.007.911,29	680.294.557,03	680.223.455,30	668.441.842,15	4.713.354,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	661.428.255,00	673.452.510,45	671.281.940,63	671.281.940,63	659.523.903,03	2.170.569,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.301.251,19	11.555.400,84	9.012.616,40	8.941.514,67	8.917.939,12	2.542.784,44
DESPESAS DE CAPITAL	826.627,36	1.449.777,14	1.414.776,60	1.414.776,60	1.414.776,60	35.000,54
INVESTIMENTOS	826.627,36	1.449.777,14	1.414.776,60	1.414.776,60	1.414.776,60	35.000,54
Total Global	668.556.133,55	686.457.688,43	681.709.333,63	681.638.231,90	669.856.618,75	4.748.354,80

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Observa-se que a realização da receita ultrapassou a previsão atualizada em R\$ 111.082.691,51. Da mesma forma, verifica-se que a dotação atualizada foi superior a despesa empenhada no valor de R\$ 4.748.354,80. Em relação ao confronto entre a receita realizada e despesa empenhada, observa-se ainda um déficit orçamentário de R\$ 563.447.384,12. Esse déficit ocorre devido ao fato de que a maior parte das receitas intraorçamentárias é realizada nos órgãos da Administração Indireta.



TABELA 81

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA COM DEDUÇÕES E RESTITUIÇÕES

R\$ 1,00

Valores Brutos	Prevista	Realizada
Receita Corrente	18.464.224.946,74	18.431.557.558,51
Receita de Capital	4.931.840.186,29	2.446.051.443,38
Receita Intraorçamentária	7.179.258,00	118.303.111,77
Total da Receita	23.403.244.391,03	20.995.912.113,66

Dedução para a Formação do FUNDEB	Prevista	Realizada
Dedução da Receita Corrente	2.507.538.535,71	2.514.060.248,69
Dedução da Receita de Capital	0,00	0,00
Total das Deduções	2.507.538.535,71	2.514.060.248,69

Restituições de Receita	Prevista	Realizada
Restituição da Receita Corrente	0,00	39.209.805,12
Restituição da Receita de Capital	0,00	0,00
Restituições da Receita Corrente Intraorçamentária	0,00	41.162,26
Total das Deduções	0,00	39.250.967,38

Total das Deduções da Receita	Prevista	Realizada
Corrente	2.507.538.535,71	2.553.270.053,81
Capital	0,00	0,00
Corrente Intraorçamentária	0,00	41.162,26
Total	2.507.538.535,71	2.553.311.216,07

Valores Líquidos	Prevista	Realizada
Receita Corrente	15.956.686.411,03	15.878.287.504,70
Receita de Capital	4.931.840.186,29	2.446.051.443,38
Receita Intraorçamentária	7.179.258,00	118.261.949,51
Total	20.895.705.855,32	18.442.600.897,59

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

- No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias;

Com a adoção do novo modelo de Balanço Orçamentário para a Administração Pública, conforme dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 5ª edição, válida para o ano de 2014, as receitas e despesas de capital devem ser evidenciadas segregando as operações relacionadas ao refinanciamento da dívida pública. Dessa maneira, a evidenciação das Receitas de Capital com Operações de Crédito e das Despesas de Capital com Amortização da Dívida dão destaque a essas operações, não constando totalizadas no Balanço Orçamentário. A tabela abaixo congrega essas operações e evidencia o total da Receita de Capital com operações de crédito e o total da Despesa de Capital com amortização de Empréstimos do Estado do Ceará, constantes no Balanço Orçamentário da Administração Direta, no ano de 2014:



TABELA 82
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL

R\$ 1,00

Receita de Capital - Operações de Crédito	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Diferença
Operações de Crédito (líquida das operações de refinanciamento - natureza: 121)	2.456.937.034,43	3.234.234.884,74	1.633.746.799,08	1.600.488.085,66
Operações de Crédito para Refinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Operações de Crédito	2.456.937.034,43	3.234.234.884,74	1.633.746.799,08	1.600.488.085,66

(R\$ 1,00)

Despesa de Capital - Amortização da Dívida	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Diferença
Amortização da Dívida (líquida das operações de refinanciamento - natureza: 46)	427.151.895,00	537.369.425,08	531.437.894,11	531.437.894,11	531.437.894,11	5.931.530,97
Amortização da Dívida com Refinanciamento	64.897.992,00	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	0,00
Total das Operações de Crédito	492.049.887,00	600.646.518,36	594.714.987,39	594.714.987,39	594.714.987,39	5.931.530,97

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Da confrontação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada, no exercício de 2014, verifica-se um superávit orçamentário de R\$ 4.431.326.339,65. As despesas executadas foram inferiores às receitas realizadas.

A seguir, demonstra-se o Quociente da Execução Orçamentária da Administração Direta, comparando-se o exercício de 2014 com o de 2013.

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014
Receita Orçamentária	16.520.815.672,11	18.442.600.897,59
Despesa Orçamentária	11.999.626.805,38	14.011.274.557,94

(R\$ 1,00)

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

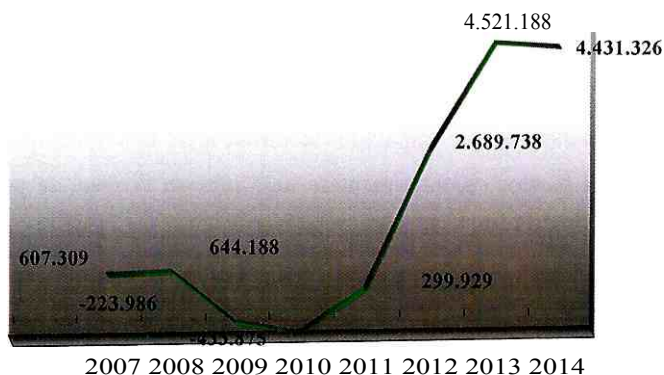
O índice acima (2014) significa que o total da Receita arrecadada corresponde a 1,32% da despesa realizada.

O resultado orçamentário positivo do exercício de 2014 resultou do Orçamento Corrente, no qual as receitas foram superiores às despesas em 33,33%.



GRÁFICO XX

TRAJETÓRIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - 2007 A 2014



Fonte: SEFAZ/S2GPR/COTES

Nota: Dos valores referentes a 2012, foram excluídas as transferências de recursos da Administração Direta para a Indireta, em virtude da mudança de critério contábil relacionado às transferências financeiras concedidas (grupo 3.5.1.0.2) e recebidas (grupo 4.5.1.0.2) para o pagamento das despesas das Entidades da Administração Indireta.

Um conjunto de informações macroeconômicas abrangendo o ambiente interno e externo da economia, cujos reflexos interferem diretamente no contexto das finanças públicas do Estado do Ceará, torna-se necessário para que se possa entender e avaliar as ações desenvolvidas na área financeira do Estado no ano de 2014.

Grandes avanços foram conquistados em prol de melhoria das condições de vida da população cearense. Forma firmadas parcerias, estabelecidos alvos e metas, vencidos obstáculos, de forma a consolidar uma estrutura institucional e aperfeiçoar o ambiente de boa governança, necessário ao pleno desenvolvimento do Estado.

A crise econômica mundial, que ainda mostra claros sinais de força, e a piora dos principais índices macroeconômicos brasileiros continuam interferindo nos índices econômicos no ano de 2014. Mesmo considerado a melhora da economia americana, ainda percebe-se uma recuperação lenta, frágil e desigual da economia mundial, isto é comprovado pelos fracos números de desempenho dos países. A economia da Índia destaca-se com uma exceção positiva numa perspectiva nebulosa, segundo o FMI. Apesar da sinalização de melhora dos Estados Unidos citada anteriormente, muitos ajustes ainda se fazem necessário para que o ano de 2015 possa trazer algum crescimento para a economia brasileira. No Brasil, a política monetária do Federal Reserve (FED), acompanhada das pressões inflacionárias e as instabilidades políticas recentes desestabilizaram o câmbio, reduzindo o nível de confiança da economia, prejudicando o consumo das famílias. Neste cenário o país cresceu 0,1%, acima apenas da Rússia, que deve decrescer 5 %, no que diz respeito aos seus aliados no BRICS. A China, apesar da desaceleração, cresceu 7,4%, Índia, que ainda é destaque do bloco, 5,2% e por fim, África do Sul aumentou sua economia em 1,5%. Espera-se um crescimento de 0,9% da zona do Euro, de 1,6% da Alemanha e os EUA cresceram 2,4%.



As expectativas dos agentes ainda aguardam uma melhora na conjuntura política, deixando o mercado parado a espera de movimentos econômicos mais fortes e definitivos que sinalizem uma pequena recuperação. No que diz respeito a impulsionar a economia, nenhuma ação contundente foi adotada, já que as incertezas quanto às pressões inflacionárias e quanto ao câmbio não permitiram ao governo adotar uma política mais eficaz. A manutenção do grau de investimento da economia brasileira pelas principais agências internacionais sinaliza uma melhora de cenário para 2015.

Os resultados de 2014 ainda estão afetados pelo desempenho pífio da economia mundial, que ainda sofre os reflexos desta crise financeira, que impactou de forma mais contundente a economia brasileira neste ano. Nesse ambiente, os principais bancos centrais mantêm uma postura flexível da política monetária iniciada no âmago da crise com o intuito de aumentar a liquidez, motivar a atividade econômica e garantir a solvência dos sistemas financeiros. Contudo, dados o aprofundamento da crise e o papel limitado dos estímulos monetários, os governos também têm mantido programas fiscais voltados para a estabilização financeira e para o estímulo ao crescimento, com o objetivo de se contrapor aos efeitos contracionistas ainda presentes.

Apesar deste crescimento modesto, alguns fundamentos econômicos ainda se mantêm relativamente estáveis, como a taxa de desemprego, que mesmo com uma taxa SELIC crescente e a desaceleração da atividade econômica ainda permanece em níveis baixos. Alguns países europeus ainda não conseguem recuperar sua economia, mesmo com todo estímulo dado pelo Banco Central Europeu, como é o caso da Itália que terá um decréscimo de seu PIB em 0,4%. O Brasil, que até então mostrava-se mais resistente, tem sucumbido diante de diversas instabilidade econômicas e políticas internas. O fortalecimento observado nos principais fundamentos da economia brasileira nos últimos anos, quanto da adequação das medidas da política econômica destinadas ao combate dos impactos da crise mundial, implementadas ao final de 2008 e início de 2009, precisa de ajuste para que se possa voltar a uma trajetória de crescimento sustentável. Nesse cenário, ainda há certa manutenção do desempenho do consumo das famílias, favorecido, inicialmente, pela preservação da renda real e pela melhora nas condições do mercado de crédito. Estas medidas aumentaram a liquidez e criaram algumas pressões inflacionárias em 2012, 2013 e 2014, que estão sendo combatidas com medidas de austeridade fiscal e também pelo desenrolar da crise mundial que tem viés recessivo.

O desempenho da economia cearense, logicamente, está atrelado ao da economia nacional e internacional. O cenário econômico para 2014 ainda era pessimista, mas o Estado superou as expectativas e com políticas econômicas expansionistas possibilitou a economia cearense entrar numa trajetória de crescimento sustentável, mantendo o crescimento de sua renda superior a média nacional. Neste sentido, é importante ressaltar a capacidade do Governo Estadual de praticar uma política fiscal anticíclica. Ou seja, adotou um viés expansionista focado em investimentos estratégicos e estruturantes, uma política tributária baseada na desoneração e alargamento de base, tendo em vista o momento da demanda interna em que o consumo e o investimento privado se retraíram. É importante destacar que o Estado do Ceará implementou essa estratégia de forma responsável, sem comprometer estruturalmente suas finanças públicas, em função de uma gestão fiscal coerente implementada em anos anteriores quando o Estado experimentou formidável fortalecimento da capacidade de geração de poupança pública, garantindo, assim, as bases para o enfrentamento da crise. O fundamental é que os gastos foram prioritariamente



direcionados para investimentos em infra-estrutura e melhoria de gestão, considerados como estratégicos e fundamentais para população cearense. Desse modo, a demanda interna passa a ser a principal fonte de crescimento, alavancada principalmente pelo aumento do Investimento Público e Consumo de Bens.

Apesar da lenta recuperação dos países desenvolvidos e os reflexos na economia brasileira e cearense, em 2014, a economia cearense manteve sua trajetória de aumento no PIB, a frente da economia brasileira, o que demonstra uma sustentabilidade no crescimento. As perspectivas para 2015 não são tão favoráveis devido à piora do cenário externo e a um cenário interno que tem criado imensas incertezas no cenário político e econômico. O Estado do Ceará já tem iniciado seus ajustes fiscais que permitirão a continuidade de um crescimento econômico sustentável. Segundo o IPECE, espera-se que a economia cresça de 2,0%. Por conta deste cenário, estimativas preliminares mostram que a economia cearense evoluiu muito mais favoravelmente que a nacional, registrando uma taxa de crescimento de 4,0%, sobre o ano de 2014.

TABELA 83
DEMONSTRATIVO DO PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO DE MERCADO - CEARÁ -
E BRASIL 2007 - 2014 (*)

Tabela 1- Produto Interno Bruto a preço de mercado - Ceará e Brasil - 2007-2014(*)

Anos	Ceará		Brasil	
	PIB nm(R\$ milhões)	Taxa de crescimento (%)	PIB nm(R\$ milhões)	Taxa de crescimento (%)
2007	50.331	3,34%	2.661.345	6,09%
2008	60.099	8,49%	3.032.203	5,16%
2009	65.704	0,04%	3.239.404	-0,33%
2010	76.705	7,90%	3.770.085	7,50%
2011	85.604	4,30%	4.143.013	2,70%
2012	94.600	3,65%	4.403.000	0,90%
2013	105.700	3,44%	4.840.000	2,30%
2014	109.275	4,00%	5.520.000	0,10%
Taxa de crescimento acumulado (%) 2007-2014		117,11%	107,41%	

Fonte: IPECE e IBGE

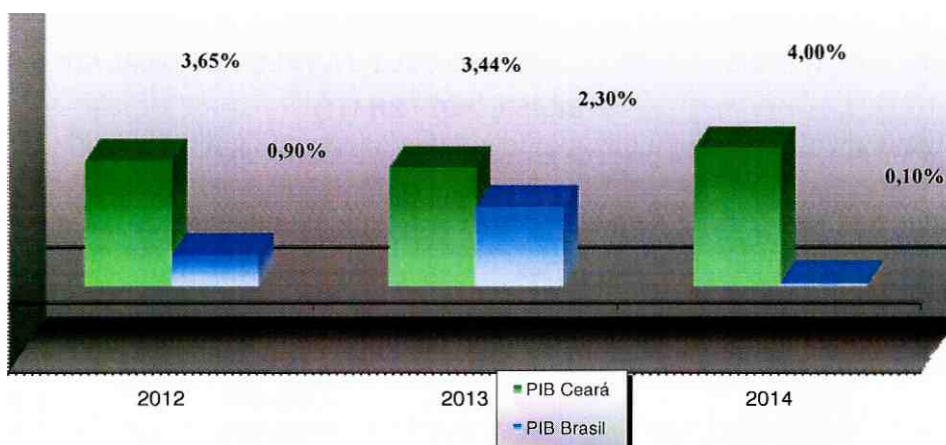
(*) 2011- 2012-2013-2014 são dados preliminares e podem sofrer alterações. Os valores estão em moeda corrente

O bom desempenho da economia cearense vem contribuindo para aumentar de forma continuada, sua participação no PIB nacional. Com esse resultado o Ceará vem apresentando condições favoráveis para crescer com melhorias significativas nos indicadores sociais, o que pode ser alcançado caso este crescimento se mantenha acompanhado de redução da desigualdade, beneficiando desta forma, as camadas da população de baixa renda. O Ceará responde pela 12ª economia do país e a 3ª do nordeste.



É importante destacar que no contexto dos efeitos de grandes crises como a grande depressão, na década de 1930, surgiram as contribuições de John Maynard Keynes que, em oposição aos fundamentos da teoria econômica clássica, defende a idéia de que o Estado, em períodos de crise econômica, devia operar sob déficit orçamentário. Assim o déficit orçamentário passou a ser aceito como instrumento de política econômica. Entretanto, não é o caso do Estado que teve superávit orçamentário apurado no Balanço Orçamentário de 2014.

GRÁFICO XXI
EVOLUÇÃO DO PIB BRASIL X PIB CEARÁ - 2012 A 2014



Fonte: IBGE/IPECE

Descolando do cenário nacional, a economia cearense manteve um crescimento relevante diante de um cenário macroeconômico instável, isso devido à sustentabilidade da demanda doméstica, sobretudo pelo comércio interno, que tem incentivado a expansão de emprego e também pelos investimentos públicos feitos ao longo dos últimos anos.

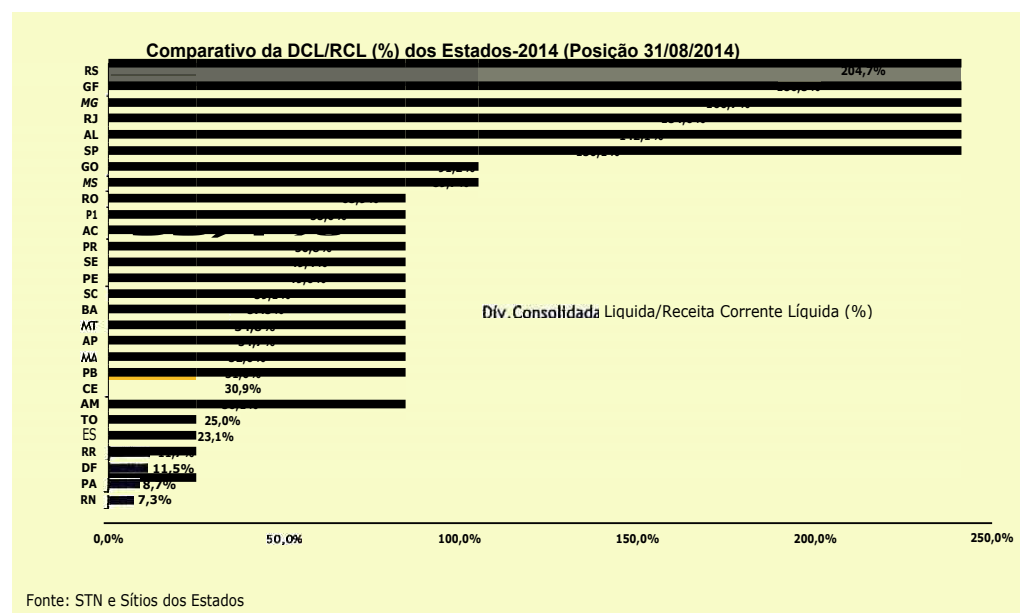
A crescimento positivo da economia cearense deve-se fundamentalmente à política fiscal adotada pelo Estado. No âmbito da receita, buscou-se aumentar a arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de administração tributária e a ampliação da sistemática da



substituição tributária. Isto, ao lado de uma política de controle gerencial dos gastos correntes, do fortalecimento da poupança pública já produzida em exercícios anteriores, e do baixo nível de endividamento, fez com que o Governo Estadual se capacitasse para implementar seu programa vigoroso de investimentos públicos e consolidasse o Estado no exercício efetivo do papel do setor público no que se refere a eliminar as chamadas distorções alocativas, distributivas e estabilizadoras e promover a melhoria do padrão de vida da coletividade.

Em relação ao endividamento, demonstrado abaixo, o Estado do Ceará ocupa uma posição confortável dentre os outros entes federados. O trinômio fiscal experimentado pelo Estado nos últimos anos, elevação dos investimentos públicos, controle dos gastos correntes e baixo endividamento, tem conferido ao Ceará um posicionamento importante no contexto nacional.

GRÁFICO XXII
COMPARATIVO DA DCL/RCL (%) DOS ESTADOS - 2014



Ante o contexto macroeconômico, o Estado do Ceará apresentou indicadores fiscais favoráveis como mostra a tabela a seguir.



TABELA 84
ANÁLISE DOS INDICADORES FISCAIS

RS 1.000				
Análise Geral dos Indicadores				
Indicador	Definição da meta	Meta / Limite	Realização	%
Educação	Mínimo de 25% da RLIT	3.409,653	3.765.224	27,61%
Saúde	Mínimo de 12% da RLIT	1.636,633	2.239.936	16,42%
Resultado Primário - LRF	Estabelecida na LOA	347.763	455.335	130,93%
Pessoal	Máximo de 57% da RCL	8.218.532	7.691.071	53,34%
Dívida Consolidada Líquida	Máximo de 200% da RCL	28.836.955	6.084.983	42,20%
Garantias	Máximo de 22% da RCL	3.172.065	870.955	6,04%
Op. Crédito	Máximo de 16% da RCL	2.306.956	1.633.747	11,33%
Serv. da Dív. Pública	Máximo de 11,5% da RCL	1.658,125	886.611	6,15%
Vab res de Referência				
RCL - Receita Corrente Líquida 2014			14.418.478	
RLIT EDUCAÇÃO - Receita Líquida de Impostos e Transferências			13.638.613	
RLIT SAÚDE - Receita Líquida de Impostos e Transferências			13.638,612	
PIE Ceará Previsão 2014 em valor e taxa de crescimento			109.275.000	4,00%

GRÁFICO XXIII
DÍVIDA X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

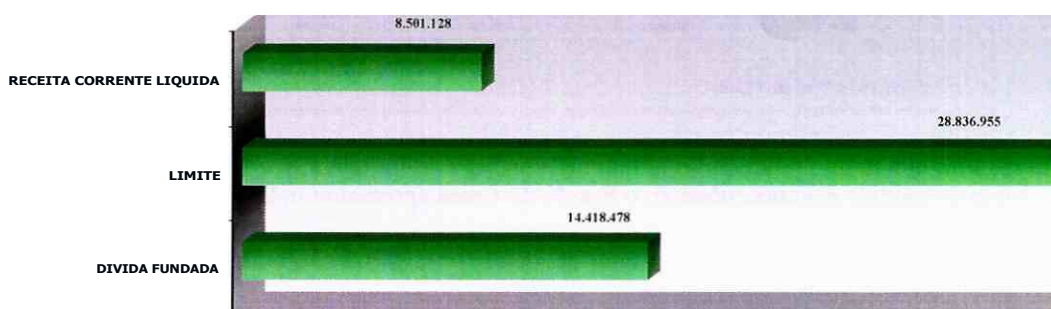




GRÁFICO XXIV
GARANTIAS DE VALORES X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

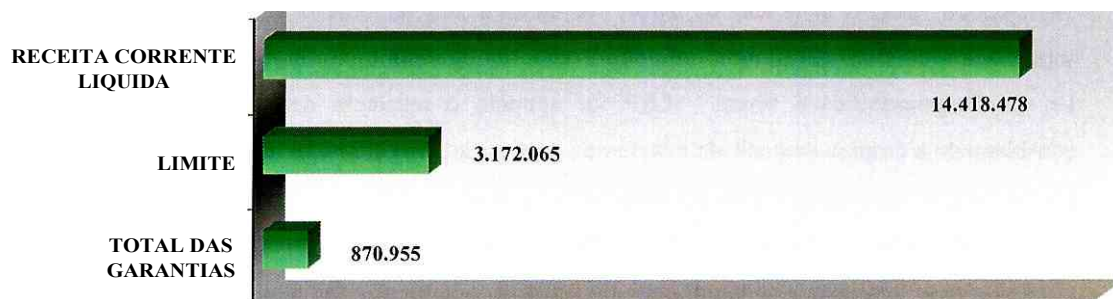
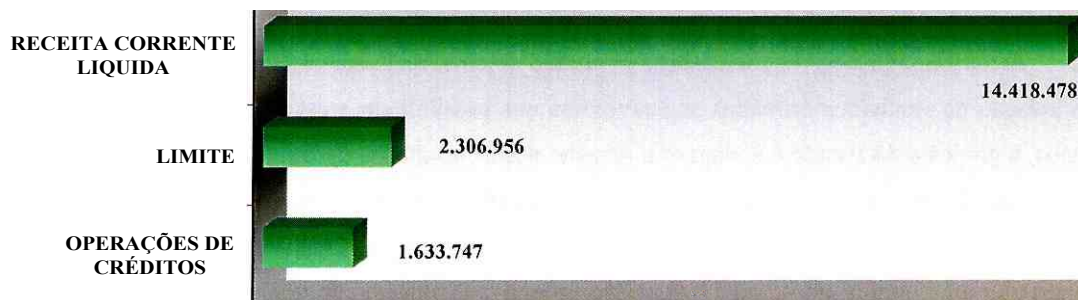


GRÁFICO XXV
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS X RCL



Resultado do Tesouro Estadual

A política fiscal do Estado do Ceará continua sendo conduzida de forma responsável, garantindo a sustentabilidade das contas públicas.



Resultados Primário e Nominal no Conceito da LRF

Respeitado o art. 5º, Inciso I da Lei Complementar no 101/2000, o § 2, art.19, da Lei Orçamentária nº 14.824/2010, para o exercício de 2014, foi estabelecido no Anexo de Metas Fiscais um resultado primário superavitário do Tesouro Estadual da ordem de R\$ 347,8 milhões. No 3º quadrimestre de 2014, pela metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF foi apurado o resultado positivo acumulado de R\$ 455,3 milhões, considerando a despesa empenhada e incluindo a execução da administração Direta e Indireta.

Bom destacar que o Estado ao longo dos anos não só tem gerado resultados fiscais suficientes para pagar os juros da sua dívida, mas vem amortizando o principal de suas dívidas na medida requerida. Desta forma, o Estado vem mantendo estável sua capacidade de pagamento, já que tem a relação Dívida/RCL em 0,42. Este indicador que tem como limite duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida - RCL. A capacidade de pagamento do Estado do Ceará também segue uma trajetória de melhora, o Estado cumpriu com 6,2 % da meta de 11,5 % da RCL, estabelecida pelo Senado Federal.

Para um Estado que já possui um nível baixo de endividamento e que ainda é muito dependente do investimento público como propulsor do crescimento econômico, não é razoável demandar redução da dívida. A trajetória da dívida, em sendo contínua e sustentável, implica uma política fiscal crível.

A estratégia principal para alcançar o referido objetivo de manutenção do endividamento público saudável é a geração de resultados primários superavitários que possibilitem a estabilização da trajetória da dívida. Nesse caso, a proposta do Estado é assegurar a geração destes resultados de forma compatível com os juros e encargos da dívida. Entretanto, conforme já visto, no ano de 2014, foi dada continuidade às políticas fiscais expansionistas. Desta forma, o Estado do Ceará optou pelo redirecionamento de suas políticas tributária e orçamentária, o que resultou num crescimento de sua arrecadação própria e no aumento do volume de investimentos que impactou as despesas primárias não financeiras.

4.1.1.1. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

BODIR-01 — Composição da Dotação Atualizada da Administração Direta

A tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada consolidada da Administração Direta.



TABELA 85
COMPOSIÇÃO DA DOTAÇÃO ATUALIZADA

5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	14.249.561.736,77
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional	5.163.997.225,04
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	3.055.522.899,67
(=) Dotação Atualizada	16.358.036.062,14

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

BODIR-02 — Previsão e execução da despesa por tipo de crédito — Administração Direta

A tabela que segue demonstra a previsão e execução da despesa por tipo de crédito, na Administração Direta.

TABELA 86
PREVISÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA POR TIPO DE CRÉDITO

(R\$ 1,00)

Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
Ordinário e Suplementar	14.249.561.736,77	16.343.084.473,29	14.000.977.367,03	13.723.377.487,24	13.603.611.615,85
Especial	-	14.951.588,85	10.297.190,91	10.297.190,91	10.297.190,91
Extraordinário	-	-	-	-	-
Total	14.249.561.736,77	16.358.036.062,14	14.011.274.557,94	13.733.674.678,15	13.613.908.806,76

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

4.1.2. Balanço Financeiro

Segundo a Lei no 4.320/1964, O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado



financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

- (a) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (b) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (c) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- (d) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e
- (e) o saldo inicial e o saldo final em espécie.

A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Deduções para a Formação do FUNDEB e Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10 da Administração Direta e o quadro resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:

TABELA 87
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO FINANCEIRO

(R\$ 1,00)		
INGRESSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	18.442.600.897,59	16.520.815.672,11
Ordinária	13.934.543.918,10	12.860.569.869,45
Vinculada	4.508.056.979,49	3.660.245.802,66
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	13.382.491.533,03	11.507.264.323,82
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	7.231.937.880,55	6.597.154.348,73
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.512.630.198,72	1.852.538.402,82
TOTAL	41.569.660.509,89	36.477.772.747,48
(R\$ 1,00)		
DISPÊNDIOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
ESPECIFICAÇÃO		
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	14.011.274.557,94	11.999.626.805,38
Ordinária	9.934.086.728,62	9.227.996.951,82
Vinculada	4.077.187.829,32	2.771.629.853,56
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	18.467.847.104,48	15.456.309.237,92
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	7.087.684.299,30	6.509.206.505,46
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	2.002.854.548,17	2.512.630.198,72
TOTAL	41.569.660.509,89	36.477.772.747,48

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



- Foram classificadas como ordinárias as fontes do Tesouro (00 e 01), além da fonte 29 (Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade), fonte 40 (Operações de Crédito Não Condicionadas) e fonte 70 (Recursos Diretamente Arrecadados).
- No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias;

Nos grupos de Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, encontra-se a movimentação relacionada a todas as transferências financeiras intra-orçamentárias realizadas pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública estadual para a execução de pagamentos de natureza orçamentária ou extra-orçamentária. Em ambos os grupos, consta a discriminação dos valores repassados e recebidos para pagamento de despesas orçamentárias e extra-orçamentárias;

O Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa constante tanto no saldo em espécie do exercício anterior quanto no saldo em espécie para o exercício seguinte corresponde ao agrupamento de contas 1.1.1.1, cujos principais grupos são: Tesouro Estadual, Recursos Vinculados, Recursos à Disposição de Convênios e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.

A Receita e a Despesa Orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro são aquelas que foram consignadas na Lei Orçamentária. A Receita e a Despesa Extra-Orçamentárias são aquelas que se realizam independentemente do orçamento. A Receita Extra-Orçamentária representa os valores que o Estado é obrigado a arrecadar, e em princípio, não lhe pertencem. A Despesa Extra-Orçamentária corresponde ao repasse dessas receitas para quem de direito.

Comparando-se a Receita e a Despesa Orçamentárias, no Balanço Financeiro, a Administração Direta apresentou um superávit no valor de R\$ 4.431.326.339,65.

As Receitas e as Despesas Extra-Orçamentárias, no Balanço Financeiro, compreendem a movimentação de débito e crédito das contas do ativo e passivo financeiro do ano de referência.

A seguir, demonstra-se o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, comparando-se o exercício de 2014 com o de 2013.

	(R\$ 1,00)	
ESPECIFICAÇÃO	2013	2014
<u>Saldo Exercício Seguinte</u>	<u>2.512.630.198,72</u> = 1,36	<u>2.002.854.548,17</u> - 0,80
Saldo do Exercício Anterior	1.852.538.402,82	2.512.630.198,72

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

No exercício de 2014, há R\$ 2.002.854.548,17 de disponibilidade que se transfere para o exercício seguinte, contra R\$ 2.512.630.198,72 de disponibilidade do exercício anterior, havendo um decréscimo de R\$ 509.775.650,55.



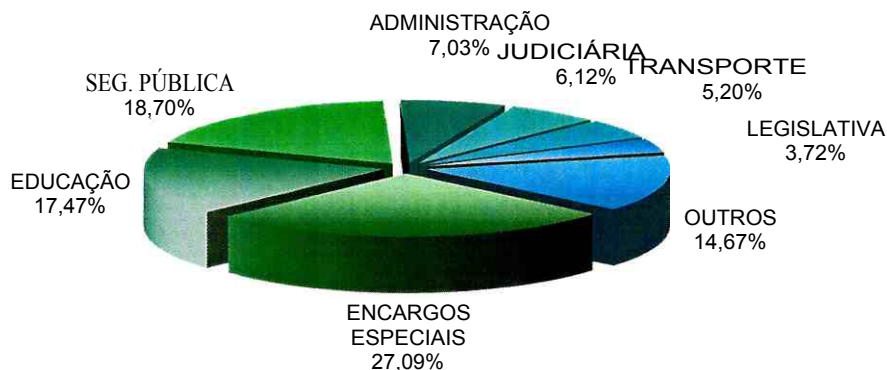
O Comportamento da despesa realizada, distribuída por funções de governo, exigida pela Lei 4.320/64, no Balanço Financeiro, está apresentada na tabela seguinte:

TABELA 88
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO

FUNÇÕES	REALIZAÇÃO			PARTICIPAÇÃO %
	2013	2014	VARIAÇÃO %	
LEGISLATIVA	479.212.348,69	520.935.528,44	8,71	3,72
JUDICIÁRIA	740.635.500,80	857.633.009,06	15,80	6,12
ESSENCIAL À JUSTIÇA	323.860.228,45	362.574.485,54	11,95	2,59
ADMINISTRAÇÃO	912.802.450,85	985.139.293,41	7,92	7,03
SEG. PÚBLICA	1.503.556.217,76	1.784.684.476,62	18,70	12,74
ASSISTÊNCIA SOCIAL	86.920.404,76	86.046.455,21	(1,01)	0,61
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.859.059,43	2.293.444,17	(19,78)	0,02
TRABALHO	65.959.476,88	73.469.642,41		0,52
EDUCAÇÃO	2.277.607.184,78	2.447.869.591,28		17,47
CULTURA	53.983.398,31	68.584.677,14	27,09	0,49
DIREITOS DA CIDADANIA	353.674.287,04	411.073.991,14	16,23	2,93
URBANISMO	134.410.207,39	255.937.464,86	90,42	1,83
HABITAÇÃO	38.767.004,81	152.799.798,47	294,15	1,09
SANEAMENTO	268.460.339,04	515.929.334,20	92,18	3,68
GESTÃO AMBIENTAL	39.445.943,52	35.598.179,41	(9,75)	0,25
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	78.894.674,28	90.040.774,77	14,13	0,64
AGRICULTURA	273.943.176,41	433.994.835,68	58,43	3,10
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	3.314.319,60	1.116.523,57	(66,31)	0,01
INDÚSTRIA	44.507.171,65	52.613.049,69	18,21	0,38
COMÉRCIO E SERVIÇOS	85.031.190,09	95.392.679,57	12,19	0,68
COMUNICAÇÕES	1.937.500,00	0,00	(100,00)	
ENERGIA	8.567.330,08	20.190.131,66	135,66	0,14
TRANSPORTE	546.476.142,14	728.882.028,97	33,38	5,20
DESPORTO E LAZER	305.805.507,18	233.370.433,14	(23,69)	1,67
ENCARGOS ESPECIAIS	3.368.508.994,73	3.795.104.729,53		27,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	486.746,71	0,00	100,00	0,00
TOTAL	11.999.626.805,38	14.011.274.557,94	16,76	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2G PR

GRÁFICO XXVI
DESPESA POR FUNÇÃO- 2014



Excetuando-se a função "Encargos Especiais", as funções de governo que tiveram participações mais expressivas em 2014 foram: Educação (17,47%), Segurança Pública (12,74%), Administração (7,03%), Judiciária (6,12%) e Transporte (5,20%). Desde o exercício de 2013, as despesas realizadas na função Saúde estão sendo executadas dentro da administração indireta.

A Função "Encargos Especiais" engloba todas despesas às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, indenizações e outras, representando, portanto, uma agregação neutra.

4.1.2.1. Notas Explicativas do Balanço Financeiro

BFDIR-01 - Inscrição de Restos a Pagar Processados da Administração Direta

Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das consignações do exercício a pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) consta inserido nos saldos de créditos empenhados liquidados a pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03) no final do exercício. Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Inscritos ao final do exercício compreende, também, o saldo das consignações do exercício não pagas até 31/12/2014.

Como as consignações do exercício a pagar já estão evidenciadas na linha de Recebimentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro, para se conhecer o valor da inscrição de Restos a Pagar Processados, é preciso subtrair as consignações do exercício, conforme é evidenciado na tabela abaixo:



TABELA 89

CÁLCULO DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(R\$ 1,00)

Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014	Valor
Saldo do Grupo de Contas: 6.2.2.1.3.03 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	119.765.871,39
(-) Saldo do Grupo de Contas: 2.1.8.8.1.01.01 - Consignações do Exercício	18.726.070,24
(=) Inscrição de Restos a Pagar Processados	101.039.801,15

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Ressalta-se que para 2015, já foi procedida uma modificação no processo de registro das consignações a pagar, baixando-as como despesa orçamentária paga, no momento da liquidação da despesa orçamentária. Ao mesmo tempo, será criado um movimento extra-orçamentário utilizando-se os grupos 5 e 6 do Plano de Contas, para controlar as consignações não pagas.

BFDIR-02 — Pagamentos de Restos a Pagar Processados da Administração Direta

Devido a sistemática de liquidação da despesa adotada pelo S2GPR desde 2012, as consignações de exercícios anteriores pagas (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02) constam inseridas nos saldos dos Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2). Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Pagos ao final do exercício compreende, também, a diferença entre débitos e créditos das consignações do exercício anteriores.

TABELA 90

CÁLCULO DO PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

R\$ 1,00

Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014	Valor
Saldo da conta 6.3.2.2 - RP Processados Pagos	168.491.308,76
(-) Diferença entre Débitos e Créditos da conta 2.1.8.8.1.01.02 — Consignações dos Exercícios Anteriores	29.419.932,82
(=) Pagamentos de Restos a Pagar Processados	139.071.375,94

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Como as consignações de exercícios anteriores pagas já estão evidenciadas na linha de Pagamentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro, para se conhecer o valor de Restos a Pagar Processados Pagos, é preciso subtrair a diferença entre débitos e créditos das consignações do exercício anterior, conforme é evidenciado no tabela acima.



BFDIR-03 - Recebimentos e pagamentos extraorçamentários - Outros Valores Restituíveis da Administração Direta

A tabela abaixo evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Direta, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 91
CÁLCULO DOS RECEBIMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

R\$ 1,00		
Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	7.697.769,04
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	5.184.326.189,36
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	9.758.282,07
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	2.901,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	9.031.489,34
Total		5.210.816.630,81

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Destaca-se a inclusão da conta contábil 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar, tanto nos recebimentos como nos pagamentos de outros valores restituíveis. Essa conta registra a obrigação da Secretaria da Fazenda em repassar os valores referentes à receita dos órgãos da Administração Indireta arrecadada via DAE pela Sefaz.

A inclusão ocorreu devido a classificação desta conta no Grupo 2.1.8.9.2, enquanto que esta deveria ter sido classificada no grupo 2.1.8.8.2 — Valores Restituíveis — Intra. Como o fato foi percebido quando boa parte do processo de arrecadação já havia acontecido, decidiu-se incluir a conta e providenciar a sua nova classificação somente no exercício de 2015.

A tabela a seguir evidencia a composição dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Direta, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 92
CÁLCULO DOS PAGAMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

R\$ 1,00		
Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	6.987.934,35
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	4.979.500.020,08
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	11.836.275,02
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	0,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	8.830.792,57
Total		5.007.155.022,02

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

4.1.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

- a) **Ativo** - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- b) **Passivo** - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- c) **Patrimônio Líquido** - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
- d) **Contas de Compensação** - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio. No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a) estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.



TABELA 93

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ 1,00)

ATIVO			
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	
ATIVO CIRCULANTE	2.698.121.687,44	3.160.826.502,76	
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.002.854.548,17	2.512.630.198,72	
Créditos a Curto Prazo	293.534.979,62	206.310.945,95	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	233.341.275,33	199.355.574,28	
Estoques	168.390.884,32	242.529.783,81	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.736.177.541,52	18.835.562.031,48	
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.662.575.973,11	5.976.639.721,19	
Investimentos	4.061.334.532,95	3.310.851.327,38	
Imobilizado	12.011.773.367,44	9.547.697.314,89	
Intangível	493.668,02	373.668,02	
TOTAL	25.434.299.228,96	21.996.388.534,24	

PASSIVO			
Es	Exercício Atual	Exercício Anterior	
PASSIVO CIRCULANTE	586.756.093,78	441.512.375,72	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	19.658.404,45	58.363.081,41	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.884.409,97	13.597.152,74	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8.001.793,89	8.240.247,66	
Obrigações de Repartição a Outros Entes	49.964.091,07	66.737.750,17	
Demais Obrigações a Curto Prazo	499.247.394,40	294.574.143,74	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	8.493.269.410,16	6.980.854.715,22	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	81.115.129,53	84.619.393,27	
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	7.764.620.906,38	6.282.259.451,81	
Demais Obrigações a Longo Prazo	647.533.374,25	613.975.870,14	
TOTAL DO PASSIVO	9.080.025.503,94	7.422.367.090,94	

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Superávits ou Déficits Acumulados	16.354.273.725,02	14.574.021.443,30	
Lucros e Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.354.273.725,02	14.574.021.443,30	
	25.434.299.228,96	21.996.388.534,24	

ATIVO FINANCEIRO	2.002.854.548,17	2.512.630.198,72	
ATIVO PERMANENTE	23.431.444.680,79	19.483.758.335,52	
PASSIVO FINANCEIRO	927.361.086,31	897.635.216,85	
PASSIVO PERMANENTE	8.493.269.410,16	6.980.854.715,22	
SALDO PATRIMONIAL	16.013.668.732,49	14.117.898.602,17	

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR



O Ativo Circulante compreende os ativos que atendam a qualquer um dos critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam realizáveis até o término do exercício seguinte.

No Ativo Financeiro do Balanço do Estado, estão contidos os créditos realizáveis em curto prazo, como saldos de bancos, órgãos arrecadadores e aplicações financeiras.

O Ativo Não-Circulante compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Os componentes do patrimônio da Administração Direta são registrados pelos valores originais de aquisição, produção ou construção e na moeda do País.

Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período. Porém, neste exercício ainda não foi possível a realização desses procedimentos devido à complexidade de cadastramento dos bens estaduais, bem como a dificuldade de integração entre o sistema Patrimonial (SEPLAG) e o S2GPR (SEFAZ).

Os Saldos consolidados dos bens móveis e imóveis do Estado do Ceará estão demonstrados na Tabela seguinte:

TABELA 94
DEMONSTRATIVO DO IMOBILIZADO

TÍTULOS	VALOR	(RS 1,00)
		PARTIC.%
Bens Móveis	3.059.412.791,75	25,47
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	884.420.227,60	7,36
Bens de Informática	386.060.663,63	3,21
Móveis e Utensílios	384.361.169,62	3,20
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	81.476.639,07	0,68
Veículos	1.179.854.471,24	9,82
Bens Móveis em Andamento	3.732.814,90	0,03
Armamentos	15.940.511,60	0,13
Demais Bens Móveis	123.566.294,09	1,03
Bens Imóveis	8.952.360.575,69	74,53
Bens de Uso Especial	7.408.188.867,35	61,67
Bens Dominicais	3.376.227,83	0,03
Bens de Uso Comum do Povo	527.457.439,51	4,39
Bens Imóveis em Andamento	629.354.182,19	5,24
Instalações	78.208.490,09	0,65
Investimento de Capital a Incorporar	225.408.351,27	1,88
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	21.417.706,03	0,18
Demais Bens Imóveis	58.949.311,42	0,49
TOTAL	12.011.773.367,44	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Vale ressaltar que os bens adquiridos e incorporados automaticamente no ato da contabilização pelos fundos especiais do Estado foram desincorporados dos mesmos e transferidos para os órgãos da Administração Direta onde os mesmos estão vinculados, como mostra a Tabela a Seguir.

TABELA 95
DEMONSTRATIVO DOS BENS ADQUIRIDOS PELOS FUNDOS

		(R\$ 1,00)			
ÓRGÃOS DE ORIGEM DAS DESINCORPORAÇÕES DE BENS	UG	VALOR	ÓRGÃOS DE DESTINO DAS INCORPORAÇÕES DE BENS	UG	VALOR
FERMOJU	040101	22865.164,53	TJ	040001	24.582346,81
FUNSEG	040301	717.182,28			
FUNDO DE DEFESA SOCIAL	1= 1	1.290,03			
FDS UNIDADE DE COORDENAÇÃO GERAL	100606	Q00			
FDS POLÍCIA CIVIL	100607	65.265,00			
MS POLÍCIA MILITAR	100608	429.716,74	SSPDS	10101	1.223.013,58
FDS CORPO DE BOMBEIROS	100609	278.145,			
FDS COLÉGIO POLÍCIA MILITAR	100610	13.665,24			
FDS COLÉGIO CORPO DE BOMBEIROS	100611	434.930,72			
FDS SB2 DE JUSTIÇA E CIDADANIA	100612	8.137,08	SEJUS	180001	8.137,08
FDCC	105001	16.416.365,11	BOMBEIROS	101041	16.416.365,11
FUNDART	470301	17.433,00			
FEAS	470201	2.412.435,75	STDS	470001	2.429.835,75
FAADEP	060101	631.871,07	DEFENSORIA	060001	631.871,07
FUI)	150201	332864,70	PGJ	150001	332.864,70
FUNDES	240401	166275397,79			
CEO RODOLFO TEOFILIO	240344	39.033,28			
CENTRO DE HEMAT. E HEMOTERAPIA - CE	240424	1.390.381,85			
HOSPITAL GERAL MILITAR	240479	4.379.254,54			
HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA	241281	10.297.866,35			
HOSPITAL DE MESSEJANA	241291	15.967.357,01			
HOSPITAL GERAL USAR CAIS DE OLIVEIRA	241301	2.966.705,75			
HOSPITAL INFANTIL DR ALBERTO SABIN	241311	3.645.018,07			
HOSPITAL DE SAÚDE MENTAL/MESSEJANA	241321	149.808,91	SEC. DE SAÚDE	240001	208.629.783,57
HOSPITAL SAO JOSE	241331	771.769,26			
CENTRO ESPECI. DE ODONTOLOGIA	241501	997.889,69			
INSTIT. DE PREV DO CANCER DO CEARA	241521	544.825,18			
LAB. CENTRAL DE SAUDE PUBLICA	241531	289.128,72			
CENTRO INTEG. DE DIAB. E HIPERTENCAO	241561	207.450,79			
=RO DE SAUDE DONALIBANIA	241581	3.280,0)			
POSTO DE ASSIST. MEDICA DO MEIRELES	241591	26.769,39			
CENTRO ODONT. TIPO II CEO J.TAVORA	241621	77.646,99			
FUNDO EST. DE DESENV. DA AGRIC FAMILIAR	211301	86.800,00			86.800,00
FUNDO IX) DESENV. DO ESPORTE E JUVENTUDE	420101	2817.254,80			2.817.254,80
TOTAL		257.158.272,47	TOTAL		257.158.272,47

Rale: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



TABELA 96
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

(R\$ 1,00)	
ATIVO FINANCEIRO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	
RECURSOS DO TESOURO	999.384.183,41
- Tesouro	999.384.183,41
RECURSOS VINCULADOS	1.003.470.364,76
- Do Salário Educação	21.446.681,29
- Do FECOP	145.215.256,25
- Da CIDE	413.855,23
- Do FUNDEB	29.964.926,42
- Do Recurso da Medida Compensatória Ambiental	6.095.851,07
- Do FIT	17.903.652,77
- De Operações de Créditos	304.620.477,88
- De Convênios e Outros	477.809.663,85
TOTAL	2.002.854.348,17

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A disponibilidade de caixa é composta por recursos do tesouro e recursos vinculados. Ao final do exercício de 2014, os ativos financeiros totalizaram R\$ 2.002.854.548,17 sendo, R\$ 999.384.183,41 de recursos próprios do Tesouro e R\$ 1.003.470.364,76 de recursos vinculados.

O Passivo circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade até o término do exercício seguinte.

O Passivo Financeiro que compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os Restos a Pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos, etc.

O Passivo não-circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

A diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da Administração de 2014, resultou num superávit financeiro de R\$ 1.075.565.910,57, nos termos do art. 43 § 2º, da lei 4.320/64, conforme tabela a seguir:



TABELA 97

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(R\$ 1,00)

ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO		QUOCIENTE
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		
RECURSOS DO TESOURO	999.384.183,41	RECURSOS DO TESOURO	613.058.466,92	386.325.716,49
- Tesouro	999.384.183,41	- Tesouro	613.058.466,92	386.325.716,49
RECURSOS VINCULADOS	1.003.470.364,76	RECURSOS VINCULADOS	314.230.170,68	689.240.194,08
- Do Salário Educação	21.446.681,29	- Do Salário Educação	9.770.928,30	11.675.752,99
- Do FECOP	145.215.256,25	- Do FECOP	64.036.394,36	81.178.861,89
- Da CIDE	413.855,23	- Da CIDE	0,00	413.855,23
- Do FUNDEB	29.964.926,42	- Do FUNDEB	30.536.260,44	-571.334,02
- Da Medida Compensatória Ambiental	6.095.851,07	- Da Medida Compensatória Ambiental	259.392,68	5.836.458,39
- Do FIT	17.903.652,77	- Do FIT	4.731.119,25	13.172.533,52
- De Operações de Créditos	304.620.477,88	- De Operações de Créditos	80.923.984,89	223.696.492,99
- De Convênios e Outros	477.809.663,85	- De convênios e outros	123.972.090,76	353.837.573,09

A seguir demonstra-se o Quociente da situação financeira, comparando-se o exercício de 2014 com o de 2013.

(R\$ 1,00)

2014		2013	
<u>Ativo financeiro</u>	<u>2.512.630.198,72</u>	= 2,80	<u>2.002.854.548,17</u>
Passivo Financeiro	897.635.216,85		927.361.086,31

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em 2014, para cada R\$ 1,00 de compromissos e obrigações a curto prazo, existem R\$ 2,15 de disponibilidade financeira para sua liquidação no curto prazo.

A Dívida Ativa são créditos a favor da Fazenda Pública que se encontram vencidos e não pagos e devem ser contabilmente discriminados dos demais. É parte integrante do Ativo Circulante e não-circulante e o seu registro contábil é realizado através dos dados do Demonstrativo "Dívida Ativa Estadual", fornecido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, em que se evidenciam as inscrições, as baixas, as atualizações, os cancelamentos e o saldo final em favor da Fazenda Pública, apresentando neste exercício um estoque de R\$ R\$ 6.475.296.855,63, sendo: R\$ 82.133.449,02 e R\$ 6.393.163.406,61 a longo prazo.

Os créditos da Dívida Ativa são objeto de atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais, que são incorporados ao valor original inscrito. A atualização monetária deve ser lançada de acordo com índice ou forma de cálculo pactuada ou legalmente incidente.



Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, várias medidas foram implementadas no ano de 2014 na busca pela eficiência e celeridade na cobrança dos créditos tributários inscritos na Dívida Ativa.

A Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria da Dívida Ativa PRODAT/CEDAT, conjuntamente com a Secretaria da Fazenda - SEFAZ, adotou várias medidas visando incrementar a arrecadação dos débitos inscritos em Dívida Ativa.

Com referência à atuação de combate à sonegação e evasão fiscal, registre-se que com a criação da Procuradoria da Dívida Ativa - PRODAT efetivou-se uma eficiente cooperação entre os outros órgãos estaduais com o intuito de combater estas práticas, destacando-se a prorrogação do convênio nº 05/2008 até a data de 31/12/2018, convênio este que trata da cooperação técnica e operacional entre a PGE, SEFAZ, PGJ e SSPDS. Foram, ainda efetivadas ações com o escopo de aumentar a arrecadação estadual, a saber: inscrição de débitos não-tributários de diversas origens, como multas penais, custas processuais, indenizações, multas do DECON, multas dos Tribunais de Contas, etc. A PRODAT efetuou a inclusão de muitos devedores na SERASA, e procedeu o PROTESTO cartorário de dívidas tributárias inscritas; Ajuizou-se eletronicamente execuções fiscais; e efetivou-se a NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL de devedores de ICMS e, principalmente, de devedores de IPVA.

A seguir demonstra-se a posição das ações ajuizadas para cobrança da Dívida Ativa.

TABELA 98
DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES AJUIZADAS PARA A COBRANÇA DA
DÍVIDA ATIVA EM 2014

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES
1. Tributários	1.761	199.818.393,24
2. Não Tributários	1.015	35.367.499,68
TOTAL	2.776	235.185.892,92

Fonte: Procuradoria Geral do Estado - PGE

Evolução do montante de créditos tributários passíveis de cobrança administrativa R\$ 856.658.040,76 (não ajuizados).



TABELA 99
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO MONTANTE DE CRÉDITOS
TRIBUTÁRIOS PASSÍVEIS DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA

EXERCÍCIO	0	
2009	21.865	549.164.184,33
2010	35.958	872.935.752,65
2011	97.579	980.323.263,69
2012	141.487	482.881.280,61
2013	129.612	592.115.342,57

4.1.3.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

BPDIR-01 — Detalhamento da Conta "Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo" da Administração Direta

A tabela evidencia os subgrupos que compõem a conta "Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo".

TABELA 100
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.8	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	986.595.856,17	851.911.206,24
1.1.3.8.1	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	986.595.856,17	851.911.206,24
1.1.3.8.1.05	Adiantamentos de Precatórios (P)	82.347.960,70	53.091.873,67
1.1.3.8.1.34	Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	904.247.435,50	798.818.872,60
1.1.3.8.1.34.01	Créditos a Receber - PROVIN (P)	904.247.435,50	797.010.949,16
1.1.3.8.1.34.03	Créditos a Receber - PDCI (P)	0,00	1.807.923,44
1.1.3.8.1.99	Outros Créditos a Receber (P)	459,97	459,97

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

BPDIR-02 — Detalhamento da Conta "Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo" da Administração Direta

A tabela a seguir, evidencia a composição da conta "Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo".



TABELA 101

AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Código	Título	R\$ 1,00	
		Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.9	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-754.243.921,40	-654.481.387,23
1.1.3.9.1	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	-754.243.921,40	-654.481.387,23
1.1.3.9.1.04	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	-754.243.921,40	-654.481.387,23
1.1.3.9.1.04.01	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN (P)	-754.243.921,40	-653.175.161,35
1.1.3.9.1.04.02	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PDCI (P)	0,00	-1.306.225,88

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

BPDIR-03 — Detalhamento da Conta "Créditos a Longo Prazo" da Administração Direta

A tabela abaixo demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.

TABELA 102

CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Código	Título	R\$ 1,00	
		Exercício Atual	Exercício Anterior
1.2.1.1	Créditos a Longo Prazo	6.441.259.529,94	5.762.349.163,81
1.2.1.1.1	Créditos a Longo Prazo - Consolidação	6.441.259.529,94	5.762.349.163,81
1.2.1.1.1.03	Dívida Ativa Tributária	6.325.632.932,55	5.730.150.497,63
1.2.1.1.1.03.01	Dívida Ativa - Créditos de IPVA Inscritos (P)	72.512.994,29	77.699.296,02
1.2.1.1.1.03.02	Dívida Ativa - Créditos de ITCD Inscritos (P)	29.896.827,35	22.065.468,20
1.2.1.1.1.03.03	Dívida Ativa - Créditos de ICMS Inscritos (P)	5.499.600.495,71	5.565.323.271,03
1.2.1.1.1.03.06	Dívida Ativa - Créditos de Multas e Obrigações Acessórias (P)	723.622.615,20	65.062.462,38
1.2.1.1.1.04	Dívida Ativa não Tributária - Clientes	67.530.474,06	0,00
1.2.1.1.1.04.04	Dívida Ativa - Não Tributária	67.530.474,06	0,00
1.2.1.1.1.05	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	447.690.019,91	292.051.180,66
1.2.1.1.1.05.11	Empréstimos e Financiamentos - PROAPI (P)	447.690.019,91	292.051.180,66
1.2.1.1.1.99	(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-399.593.896,58	-259.852.514,48
1.2.1.1.1.99.05	(-) Ajuste para Perdas Créditos do PROAPI	-399.593.896,58	-259.852.514,48

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

BPDIR-04 — Composição do Passivo Financeiro da Administração Direta

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público — MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.



Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105:

“§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.”

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

TABELA 103
COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

	(R\$ 1,00)
Passivo (Atributo F)	586.756.093,78
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	277.599.879,79
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	63.005.112,74
(=) Passivo Financeiro	927.361.086,31

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela acima. São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

Dívida pública é um tema muitas vezes mal compreendido. No entanto, em virtude de sua relevância para a sociedade, merece ser bem explorado. Neste sentido, este capítulo do Balanço Geral do Estado, busca desmistificar este assunto e trazer informações transparentes com riquezas de detalhes em diversos gráficos e quadros. Além disso, o quadro do Anexo 16, parte integrante desse relatório, traz um resumo de cada contrato com as suas principais características, como saldo devedor, movimentações durante o ano, taxa de juros, prazos, moeda, etc.

De acordo com a LRF, conceitua-se dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Observa-se, aqui, que o conceito da LRF é mais abrangente que o do art. 98 da Lei nº 4.320/64, inclusive considerando sinônimas as expressões dívida pública consolidada ou fundada

A Dívida Pública também pode ser definida como o somatório das operações de crédito realizadas pelo setor público com o objetivo de antecipar receita orçamentária ou atender a desequilíbrios orçamentários e a



financiamentos de obras e serviços públicos. Num conceito mais restrito, pode ser definida como somatório das dívidas interna e externa de um Estado (*lato sensu*).

A principal diferenciação conceitual a respeito de déficit e dívida pública diz respeito a como estas variáveis se apresentam e como podem ser feitas temporalmente. Nesse sentido, o déficit público, dado como a diferença entre as despesas e as receitas orçamentárias do setor público, em determinado período de tempo, é uma variável de fluxo, enquanto a dívida pública, entendida como o montante dos débitos contraídos pelo setor público junto a outras entidades, públicas ou privadas, internas ou externas, é uma variável de estoque.

A Dívida Pública é um dos principais fundamentos de uma economia. Se usada adequadamente, pode significar uma alavanca para o desenvolvimento, um instrumento para o governo financiar seus gastos e investimentos. Quando descontrolada, acaba funcionando como um freio ao desenvolvimento, pela necessidade de geração contínua de grandes superávits primários, que comprometem a capacidade de gastos e de investimento do governo em obras públicas e nas políticas sociais. Além disso, os juros elevados significam a drenagem de recursos de um setor da sociedade (empresas e indivíduos que pagam impostos) para outro setor (os credores da dívida), agravando o problema da concentração de renda no país. É importante que se destaque que a dívida pública permite ao governo financiar investimentos que geram externalidades positivas para a economia, uma vez que é possível transferir para gerações seguintes dispêndios com obras e programas que irão beneficiá-las, evitando-se que todo o custo recaia sobre a geração presente.

Níveis de endividamento elevados e insustentáveis, porém, podem ter influência deletéria, exigindo esforço fiscal significativo do governo, provocando efeitos contraproducentes sobre o nível de atividade.

Neste tocante, o Estado do Ceará apresenta uma situação destacada dentre os entes da federação em relação ao seu endividamento público, medido pela relação DCL/RCL.

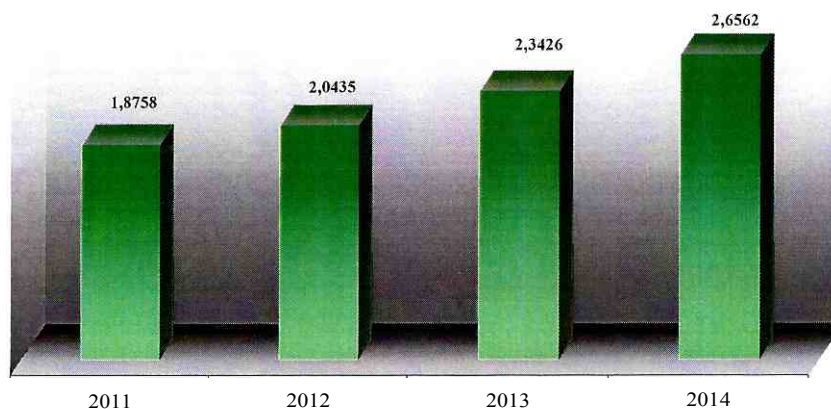
A Dívida Consolidada Líquida (DCL) encerrou o ano de 2014, em R\$ 6.085 milhões, um montante 54,41% maior que em 2013. Isto aconteceu em parte porque as receitas de operação de crédito atingiram um volume recorde de R\$ 1.634 milhões, dado que influencia diretamente no estoque da dívida, tendo ocorrido, ainda, um aumento do dólar em 13,39%, de 2013 para 2014, onde sua cotação em 31/12/2013 era de R\$2,3436/US\$, passando para R\$2,6562/US\$ em 31/12/2014, visto que 39,37% do montante do estoque da dívida é atrelado a essa moeda. Além do mais, o Tesouro Estadual fechou 2014 com um montante de R\$ 2,42 bilhões em Disponibilidade de Caixa Líquido, inferior ao apresentado em 2013 de R\$ 3,04 bilhões.

O Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na manutenção dos controles de seu endividamento, baseado em dois pilares: 1) no efetivo pagamento de juros e amortizações, sendo esta última superior aos juros e na realização de amortizações extraordinárias; 2) no volume de liberações de operações de crédito abaixo do limite legal de 16% da RCL. Esses fatores contribuíram para uma manutenção da relação Dívida Consolidada Líquida/RCL ainda em patamares reduzidos, atingindo a relação de 0,42 em 2014, bem



abaixo do limite de endividamento, exigido pela LRF que é de 2,00 vezes a Receita Corrente Líquida, considerado o conceito de dívida consolidada líquida, da qual excluem os haveres financeiros conforme determina a Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal.

GRÁFICO XXVII
EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO DÓLAR FIM DE PERÍODO - 2011 A 2014



EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ

A Tabela 74 a seguir mostra a evolução do endividamento do Estado do Ceará a partir do ano de 2006 até 2014. Ao analisar o referido cenário, observa-se uma tendência de redução do estoque da Dívida Total até o ano de 2009, partindo do saldo de R\$3,90 bilhões em 2006, reduzindo seus estoques até 2009 com um saldo de R\$3,45 bilhões, elevando-se no ano de 2010 a 2014, respectivamente, para R\$ 4,26 bilhões, R\$5,30 bilhões, R\$5,74 bilhões, R\$6,98 bilhões e R\$8,50 bilhões. Esta evolução, verificada no período, contempla o volume de amortizações ocorridas, inclusive com amortizações extraordinárias, a influência da taxa do dólar que teve um crescimento de 59,4% neste período e o aumento dos investimentos entre 2010 a 2014 provenientes parcialmente das receitas de operações de crédito que chegou a R\$ 1,06 bilhões (2010), R\$ 0,91 bilhões (2011), R\$ 0,81 bilhões (2012), R\$ 1,19 bilhões (2013) e R\$ 1,63 bilhões (2014). É importante destacar que o aumento do estoque da dívida consolidada em 2014 de 21,78%, em relação ao ano de 2013, influenciou positivamente em contrapartida ao volume de investimentos do Estado do Ceará que continua a ser um dos maiores de toda sua história.

Assim, o Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na busca de equilíbrio de suas contas públicas, adotando uma postura fiscal responsável, apresentando à sociedade o retorno dessa política fiscal em forma de investimentos e melhorias dos serviços públicos.



O ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA E A SUA RELAÇÃO COM O PIB E A RCL

Uma das formas de análise para medir o volume de endividamento do setor público é a relação Dívida Bruta/PIB, que demonstra solvência fiscal, a qual no Governo do Estado do Ceará mostrara trajetória decrescente, embora mantendo uma pequena alta nos anos de 2010 e 2011, estável em 2012 e pequena elevação nos anos de 2013 e 2014. Na tabela e gráfico a seguir percebe-se que em 2006 esta relação era de 8,4%, enquanto no exercício de 2014 o mesmo registrou 7,8%. Enquanto que a relação Dívida Bruta/RCL passa do patamar de 64,7% em 2006 para 59,0% em 2014, evidenciando uma redução de 8,8% neste mesmo período do endividamento público cearense.

TABELA 104
DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ESTADUAL FUNDADA

DEMONSTRATIVO DO ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA								R\$	1.000
ANO	DÍVIDA INTERNA	DÍVIDA EXTERNA	DÍVIDA FUNDADA TOTAL	PIB	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	RELAÇÃO DÍV.TOTAL/PIB	RELAÇÃO DÍV.TOTAL/RCL		
	A	B	C=A+B	D	E	G=C/D	H=C/E		
2006	2.440.739	1.465.191	3.905.930	46.309.884	6.032.606	0,084	0,647		
2007	2.321.964	1.198.368	3.520.332	50.331.000	6.560.099	0,070	0,537		
2008	2.346.464	1.463.148	3.809.612	60.099.000	7.886.593	0,063	0,483		
2009	2.293.788	1.153.029	3.446.817	65.704.000	8.400.940	0,052	0,410		
2010	2.927.363	1.332.596	4.259.959	76.705.000	9.664.273	0,056	0,441		
2011	3.446.662	1.857.798	5.304.461	85.604.000	10.966.435	0,062	0,484		
2012	3.627.729	2.117.353	5.745.082	94.600.000	12.130.621	0,061	0,474		
2013	4.232.912	2.747.943	6.980.855	105.740.332	13.379.882	0,066	0,522		
2014	5.183.907	3.317.221	8.501.128	109.275.000	14.418.478	0,078	0,590		

Fonte: SEFAZ-S2GPR/SMART

Nota 1: Os valores do PIB a partir de 2009 ainda não são definitivos. Fonte: IPECE

Nota 2: As informações da dívida fundada total se baseiam nos conceitos da LRF.

Nota 3: O valor da dívida fundada total não inclui garantias, inclui precatórios e contempla a partir de 2006 o parcelamento com INSS e PASEP.

No quadro anterior relativo ao saldo da Dívida de 2014 está incluído o valor de R\$ 60.644,57 referente parcelamento a curto prazo do PASEP das autarquias.



GRÁFICO XXVIII

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA EM RELAÇÃO AO PIB E RCL

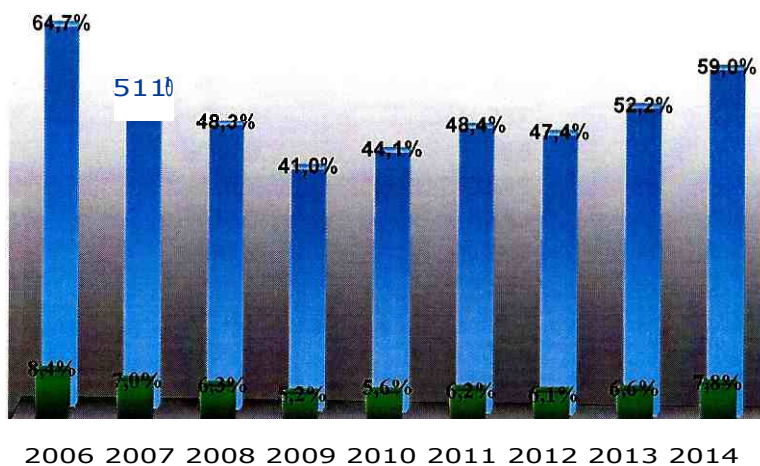


GRÁFICO XXIX

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ESTADUAL-2011 A 2014

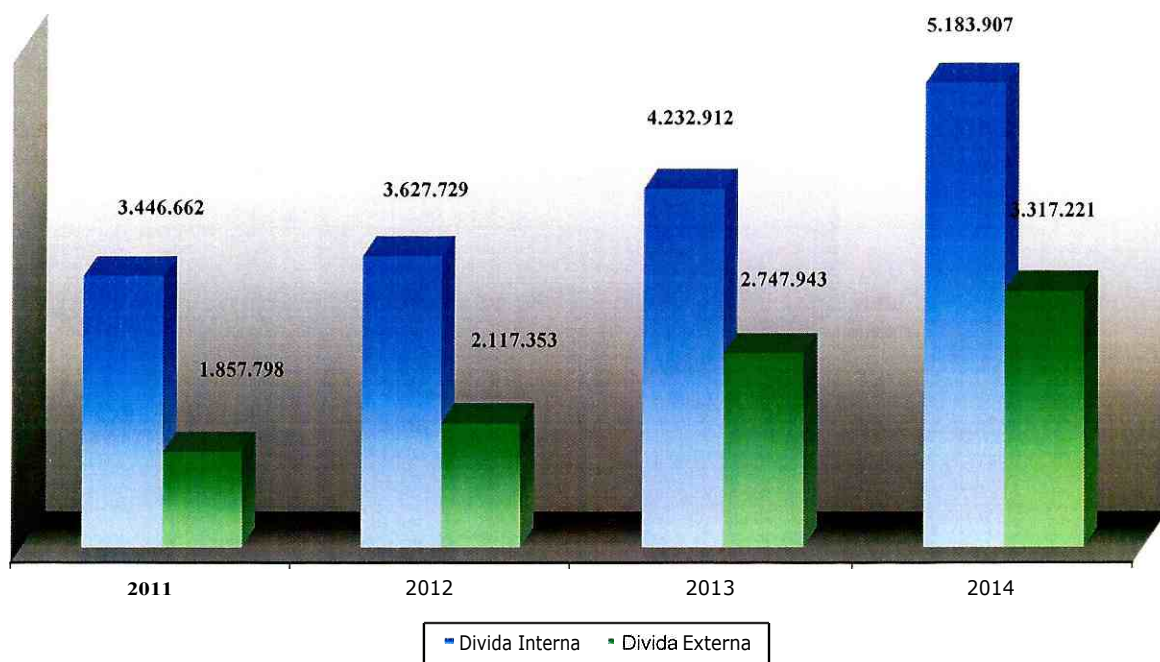




TABELA 105

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR CREDOR EM 2014

CREDOR	PARTIC.% EM R\$ MILHÕES	
BNDES	26,61%	2.262
BIRD	19,89%	1.691
BID	15,92%	1.354
TES.NAC.	10,85%	923
BB	9,82%	835
PRECATÓRIOS	7,62%	648
CEF	2,87%	244
BNB	2,16%	183
MLW	1,58%	135
CAF	1,37%	117
RFB	1,05%	89
OUTROS	0,25%	21
TOTAL	100,00%	8.501

GRÁFICO XXX

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR CREDOR EM 2014

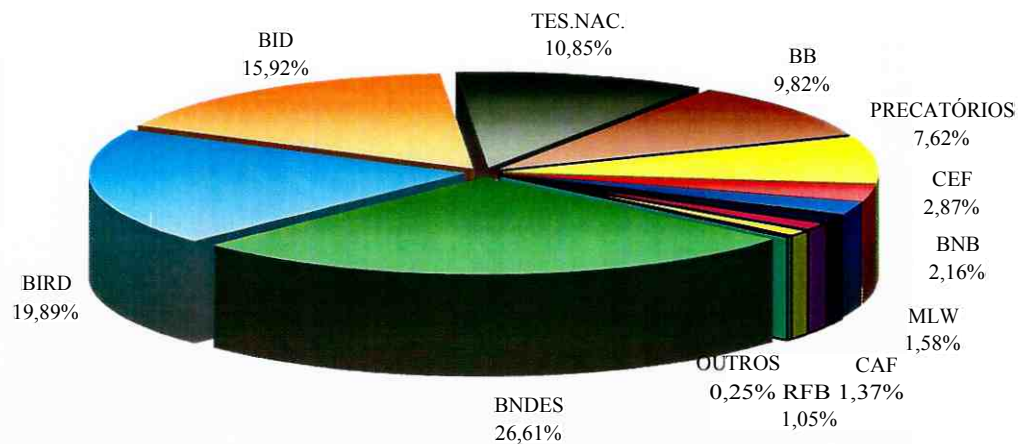




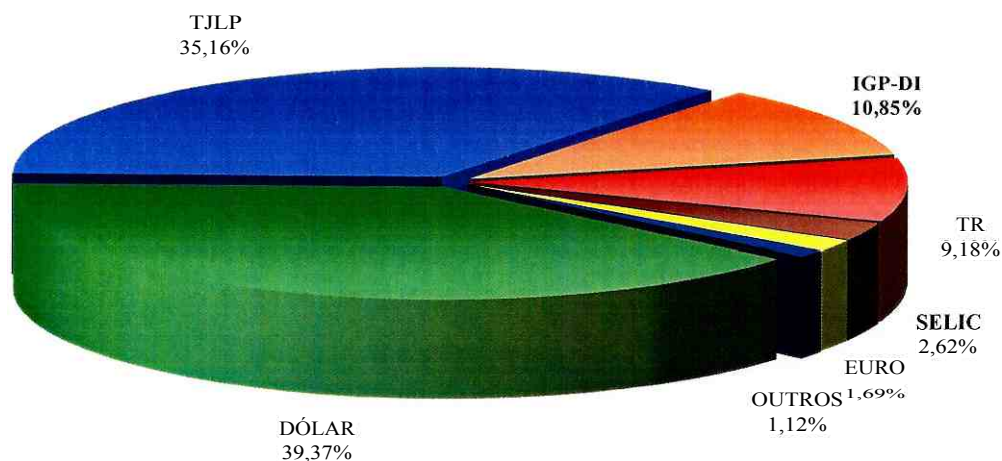
TABELA 106

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR MOEDA EM 2014

R\$ Milhões		
MOEDA	VALOR	% TOTAL
DÓLAR	3.346	39,37%
TJLP	2.989	35,16%
IGP-DI	923	10,85%
TR	781	9,18%
SELIC	223	2,62%
EURO	144	1,69%
OUTROS	95	1,12%
TOTAL GERAL	8.501	100%

GRÁFICO XXXI

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR MOEDA EM 2014



De acordo com o § 7º, do Artigo 30, da LC 101, de 04/05/2000, Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.



Em 2014, o saldo devedor dos precatórios é de R\$ 647.533.374,25, que em comparação com o exercício anterior houve um acréscimo de 5,47%. Esse aumento deve-se à revisão, por parte dos tribunais, principalmente da atualização monetária e de juros dos processos judiciais que compõe o referido estoque, e, ainda, às inscrições e baixas ocorridas no período.

O SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA

A tabela a seguir mostra a trajetória do serviço da dívida. Os números evidenciam que os Juros e os Encargos da Dívida, no ano de 2014, somaram R\$ 273 milhões, representando 30,74% do serviço da dívida. Este valor comparado ao ano anterior demonstra um acréscimo de 10,58% em termos nominais, em virtude do volume de novas operações de crédito contratadas a partir de 2010, e conseqüentemente pelo volume de liberações ocorridas neste período até 2014 que geraram juros e encargos.

As amortizações em 2014 alcançaram R\$ 614 milhões, representando 69,26% do serviço da dívida, ficando superior ao ano de 2013 em 16,37%, em termos nominais. Este aumento das amortizações em relação a 2013 foi em virtude principalmente da amortização extraordinária de dívidas com a União, como por exemplo, as DMLP's e PNAFE; e, também, de contratos com a Caixa Econômica Federal, cujo montante total liquidado extraordinariamente neste ano foi de aproximadamente R\$ 65 milhões.

TABELA 107
EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL
PERÍODO 2011 A 2014

	R\$ 1.000			
DEMONSTRATIVO D GASTO COM DÍVIDA PÚBLICA				
Discriminação	2011	2012	2013	2014
1.ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	176.579	195.415	211.880	229.709
2.ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	25.592	31.987	34.600	42.860
3.AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	259.039	546.393	370.531	398.802
4.AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	112.418	153.797	157.142	215.240
5.TOTAL SERVIÇO DA DÍVIDA(1+2+3+4)	573.628	927.592	774.154	886.611

Nota 1: O valor das amortizações de 2012 contempla a amortização extraordinária no valor de R\$ 217.050 mil relativo ao PEF I, com recursos do PROINVESTE.

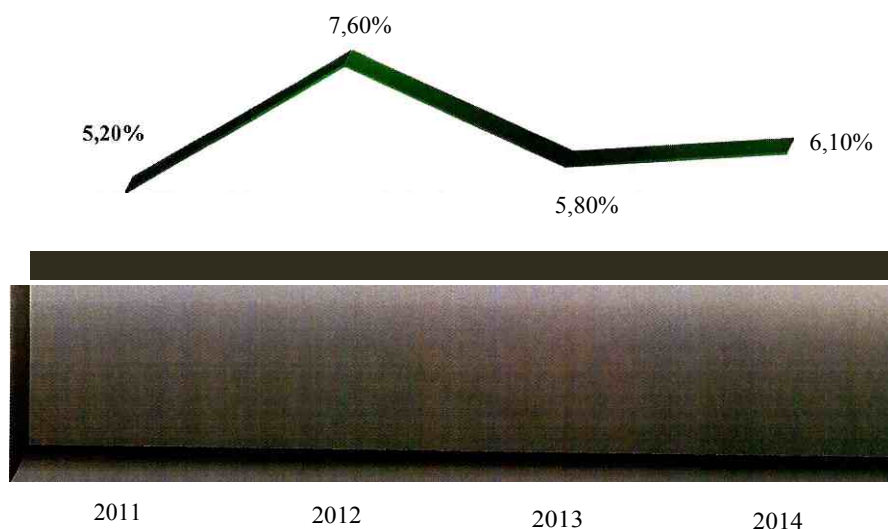
Nota 2: O valor das amortizações de 2014 contempla a amortização extraordinária no valor de R\$ 65.195 mil relativo às DMLP's, PNAFE e Contratos da CEF, com recursos do Tesouro Estadual.

Nota 3: O serviço da dívida fundada total não inclui garantias, inclui precatórios (a partir de 2012) e o parcelamento com o INSS e PASEP.



Em relação à capacidade de pagamento anual limitada a 11,5% da RCL, conforme Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, o Estado do Ceará cumpriu o limite para 2014, com 6,1% de comprometimento. Em 2013 foi de 5,8%, comprometimento um pouco inferior a 2014, em virtude, parcialmente, da amortização extraordinária neste ano, mencionada em nota na tabela acima.

GRÁFICO XXXII
CAPACIDADE DE PAGAMENTO ANUAL DA DÍVIDA PÚBLICA - LIMITADA 11,5% DA RCL



Esses dados reforçam ainda mais o compromisso do Estado com o equilíbrio das contas públicas. Entretanto, uma política fiscal que imponha um ritmo forte de redução da relação Dívida/PIB para um Estado carente e que é muito demandado pela sociedade como o Ceará, é fator limitante para um governo que tem como eixo estratégico à consecução de metas econômicas e sociais que levem à inclusão socioeconômica dos mais necessitados.



Com relação aos parcelamentos de dívidas de contribuições referentes ao INSS e ao PASEP, foram registrados os saldos de R\$ 31.062.308,98 e R\$ 50.052.820,55, respectivamente. Convém lembrar que os referidos parcelamentos foram incluídos na Dívida do Estado a partir do exercício de 2006 e amparados pelos seguintes instrumentos legais: Medida provisória nº 2043-20/2000, Medida provisória nº 38/2002 e Lei nº 11.941/2009. Foram também reconhecidos como dívida consolidada, no ano de 2014, os parcelamentos das indiretas, conforme Leis Federais 12.810/2013 e 12.973/2014, cujos saldos em 31/12/2014, são: ISSEC/PASEP = R\$652.323,70; ISSEC/INSS = R\$5.908.517,08; ARCE/PASEP = R\$139.665,12; ADAGRI/PASEP = R\$538.802,68 e ESP/PASEP = R\$619.234,84.



4.1.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, "a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício."

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

TABELA 108
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		(R\$ 1,00)	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	33.567.775.311,24	29.413.529.566,70	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.119.937.695,91	9.827.729.916,89	
Exploração e venda de Bens, Serviços e Direitos	127.551.568,61	272.951.946,44	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	685.661.519,62	676.460.452,67	
Transferências e Delegações Recebidas	19.988.985.244,82	17.504.462.740,64	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.645.639.282,28	1.131.924.510,06	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	31.677.373.818,80	27.158.206.575,74	
Pessoal e Encargos	5.351.422.236,59	4.774.111.493,41	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15.485.392,58	16.092.639,85	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.524.211.438,84	1.418.246.159,45	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.109.818.422,94	1.084.680.115,41	
Transferências e Delegações Concedidas	21.632.296.852,98	18.270.036.230,27	
Desvalorização e Perda de Ativos	1.467.031.662,22	1.267.525.430,98	
Tributárias	134.660.298,53	125.237.895,23	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	442.447.514,12	202.276.611,14	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.890.401.492,44	2.255.322.990,96	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		(R\$ 1,00)	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Incorporação do Ativo	2.238.200.543,75	1.722.872.668,15	
Desincorporação do Passivo	594.714.987,39	527.038.585,58	
Incorporação do Passivo	1.633.746.799,08	1.190.525.228,89	
Desincorporação do Ativo	93.133.228,68	130.454.502,30	

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Como demonstra a tabela anterior, o resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. No exercício de 2014, foi positivo, no valor de R\$.1.890.401.492,44.

4.1.4.1. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Qualitativas

Incorporação do Ativo

DVPDIR-01 - Aquisição de Bens Móveis provenientes de Outras Fontes da Administração Direta

As fontes que foram utilizadas para aquisição de bens móveis, excetuando-se a Fonte de Alienação de Bens (Fonte 12), estão discriminadas abaixo:

TABELA 109

OUTRAS FONTES UTILIZADAS NA COMPRA DE BENS MÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

		R\$ 1,00
Fonte de Recursos		Valor
Fonte 00	Recursos Ordinários	62.884.074,14
Fonte 01	Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	31.100.672,95
Fonte 07	Cota-parte da Contribuição do Salário-Família	4.370.660,17
Fonte 10	Recursos provenientes do FECOP	5.711.037,59
Fonte 16	Medida Compensatória Ambiental	266.455,12
Fonte 40	Operações de Crédito Não Condicionada	46.007,42
Fonte 45	Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	17.383.076,67
Fonte 47	Operações de Crédito Internas - BNDES/Estados	11.768.332,71
Fonte 53	Operações de Crédito Internas - PROINVESTE	3.400,00
Fonte 58	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BIRD	606.736,59
Fonte 59	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	12.771.144,37
Fonte 67	Operações de Crédito Externas - Tesouro/MLW	76.143.079,35
Fonte 69	Operações de Crédito Externas - PFORR	71.410.002,10
Fonte 76	Recursos Provenientes do FIT	2.964.984,02
Fonte 80	Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Direta	131.176,44
Fonte 82	Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta	70.665.057,12
TOTAL		368.225.896,76

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).



DVPDIR-02 - Outras Incorporações do Ativo da Administração Direta

As Outras Incorporações do Ativo estão detalhadas na tabela que segue, por modalidade e elemento de despesa:

TABELA 110
COMPOSIÇÃO DAS OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

		(R\$ 1,0)
Modalidade e Elemento		Valor
339030	Material de Consumo	120.491.359,42
339032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	23.254.097,85
339132	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.242,23
449014	Diária-Civil	32.562,39
449030	Material de Consumo	11.129.176,86
449033	Passagens e Despesas de Locomoção	25.962,66
449035	Serviço de Consultoria	8.709.021,30
449036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20.000,00
449039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	97.580.119,42
449047	Obrigações Tributárias e Contributivas	105.218,08
449147	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.414.147,71
TOTAL		262.762.907,92

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Desincorporação do Ativo

DVPDIR-03 - Empréstimos e Financiamentos da Administração Direta

Ressalta-se que o valor recebido de R\$ 13.264.978,97 de Empréstimos e Financiamentos concedidos pela Administração Direta foi referente ao Programa FDI.

4.1.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida fluante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Na tabela 111, evidencia-se o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante.



TABELA 111
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

(R\$ 1,00)

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	370.066.772,77	0,00	306.769.149,45	63.297.623,32
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	86.845.168,88	00,0	86.845.168,88	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	277.599.879,79	0,00	277.599.879,79
SUBTOTAL	456.911.941,65	277.599.879,79	393.614.318,33	340.897.503,11
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	147.751.067,43	0,00	146.392.864,36	1.358.203,07
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	1.940.939,49	0,00	1.940.939,49	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	101.039.801,15		101.039.801,15
SUBTOTAL	149.692.006,92	101.039.801,15	148.333.803,85	102.398.004,22
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
SUBTOTAL	291.027.748,40	6.853.298.199,61	6.660.332.817,74	483.993.130,27
DÉBITOS DE TESOURARIA				
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
		61.937.880,54	102.280.939,92	

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

4.1.5.1. Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

DFDIR-01 - Mudança no mapeamento das contas contábeis para apresentação dos saldos de Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores (grupos de contas 5.3.2.1, 5.3.2.2 e 6.3.2.1), Consignações a Pagar de Exercícios Anteriores (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02), e Inclusão da conta Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (2.1.8.9.2.04), para elaboração da Dívida Flutuante (DF), a fim de adequar o saldo evidenciado no referido demonstrativo com o Passivo Financeiro constante em anexo ao Balanço Patrimonial

Foram feitos ajustes na grade de elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante de 2014, em comparação com a grade do Balanço/2013, a fim de conciliar esse demonstrativo com o saldo do Passivo Financeiro apresentado em anexo ao Balanço Patrimonial. As linhas que sofreram alterações na composição dos saldos e as devidas justificativas para a alteração constam a seguir:



(I) Linha de Subtotal dos Restos a Pagar Processados: fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha, para subtrair dos totais apresentados os saldos das Consignações a Pagar de Exercícios Anteriores (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02), uma vez que devem ser apresentados na Linha de Depósitos de Diversas Origens. Cabe esclarecer que, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das Consignações de Exercícios Anteriores a Pagar consta inserido nos saldos de Restos a Pagar Processados de anos anteriores (grupos de contas 5.3.2.1, 5.3.2.2 e 6.3.2.1). Logo, na contabilidade, o valor de Restos a Pagar Processados de anos anteriores ao final do exercício compreende, também, o saldo das Consignações de Exercícios Anteriores não Pagas. Como o Demonstrativo da Dívida Flutuante exige que se divulguem em separado os saldos de Restos a Pagar Processados e Depósitos de Diversas Origens (que inclui as Consignações a Pagar), a subtração e o ajuste dos saldos se fazem necessários.

(II) Linha Depósitos de Diversas Origens: fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para inclusão de saldo da conta 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (F). A partir de 2014, a arrecadação de várias Unidades Gestoras da Administração Indireta passou a ocorrer através do Documento de Arrecadação Estadual (DAE), cuja administração dos recebimentos cabe à Secretaria da Fazenda. Em virtude da diferença temporal entre a arrecadação e o recolhimento desses valores (D+1), sempre que ocorre a arrecadação do DAE, a receita orçamentária é classificada na Unidade Gestora detentora da receita, entretanto o recurso financeiro ingressa na conta do Tesouro Estadual registrada na SEFAZ, gerando um saldo a pagar na conta 2.1.8.9.2.04 (F). No dia seguinte à arrecadação, ocorre uma movimentação financeira transferindo o recurso para a respectiva entidade da Administração Indireta, baixando a obrigação anteriormente registrada. A arrecadação de 31/12/2014, portanto, somente será repassada em 02/01/2015, gerando um saldo a pagar nessa conta e que deve compor a Dívida Flutuante. A tabela a seguir apresenta o saldo, em 31/12/2014, da conta 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (F) e que foi incluído no saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante:

		R\$ 1,00
Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2014
2.1.8.9.2.04	<u>Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (F)</u>	200.696,77

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Considerando o ajuste citado no item II, a composição dos Depósitos de Diversas Origens é apresentada na tabela abaixo:



TABELA 112
COMPOSIÇÃO DOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Descrição	Saldo em 31/12/2014
Saldo do grupo de contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis	483.792.433,5
(+) Arrecadação da Administração Indireta a repassar - 2.1.8.9.2.04 (F)	200.696,77
(=) Total dos Depósitos de Diversas Origens (DF)	483.993.130,27

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

DFDIR-02 - Inscrição dos Restos a Pagar Processados em 31.12.2014

Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das Consignações do Exercício a Pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) consta inserido nos saldos de Créditos Liquidados a Pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03). Logo, o valor de Restos a Pagar Processados inscritos ao final do exercício compreende, também, o saldo das consignações do exercício não pagas até 31/12/2014. Para se conhecer o saldo de Restos a Pagar, exceto as Consignações, é preciso subtrai-las do total de Créditos Empenhados Liquidados a Pagar. O resultado dessa subtração representa o valor de Restos a Pagar inscritos no exercício apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF). A fim de melhor evidenciar esses valores, segue tabela abaixo:

TABELA 113
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014	Valor
Saldo do Grupo de Contas: 6.2.2.1.3.03 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar — Valor que será registrado como Inscrição de Restos a Pagar Processados	119.765.871,39
(-) Saldo do Grupo de Contas: 2.1.8.8.1.01.01 - Consignações do Exercício	-18.726.070,24
Valor dos Restos a Pagar Processados (exceto Consignações) apresentado na linha: Restos a Pagar Processados — Inscrição do Exercício (DF)	101.039.801,15

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

DFDIR-03 - Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como Baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. A tabela abaixo apresenta o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas em 2014:



TABELA 114

BAIXAS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2014
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.4)	288.280.105,62
Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.9)	105.334.212,71
Somatório das Baixas de RPNP	393.614.318,33

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

TABELA 115

BAIXAS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2014
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.2)	168.491.308,76
(-) Pagamento de Consignações de Exercícios Anteriores (Débitos - Créditos do Subgrupo de Contas 2.1.8.8.1.01.02) (*)	-29.419.932,82
(=) Pagamento de RPP líquido das Consignações Pagas de Exercícios Anteriores	139.071.375,94
(+) Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.9)	9.262.427,91
Somatório das Baixas de Restos a Pagar Processados (RPP)	148.333.803,85

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

(*) Com base nas explicações apresentadas nas notas anteriores, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR, o pagamento dos Restos a Pagar Processados também precisa ser ajustado das Consignações de Exercícios Anteriores Pagas, que constam registrados na conta contábil de Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2), mas são evidenciados em separado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF). Logo, o valor de pagamentos de Restos a Pagar Processados é evidenciado líquido das Consignações de Exercícios Anteriores pagas em 2014 e o pagamento das referidas Consignações está incluso nos saldos apresentados na linha Depósitos de Diversas Origens.

4.2. Balanços das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE) e Fundos.

No exercício de 2014, a Administração Indireta apresentou seus resultados gerais por meio de balanços, demonstrativos e anexos de treze Autarquias, sete Fundações, quatro Empresas Estatais Dependentes e vinte e três Fundos.

No balanço estão evidenciadas as seguintes demonstrações:

- orçamentárias, que esclarecem a execução do orçamento;
- financeiras, que indicam os recebimentos e os pagamentos, bem como a posição das disponibilidades inicial e final do exercício;
- patrimoniais, que evidenciam a composição do patrimônio da entidade sob o ponto de vista dos bens, direitos e compromissos com terceiros.



4.2.1. Balanço Orçamentário

No Balanço Orçamentário estão demonstradas as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as realizadas. Do comparativo entre as Receitas Arrecadadas e as Despesas Realizadas resulta o superávit ou déficit orçamentário.

No exercício de 2014, a receita arrecadada, no valor de R\$ 2.623.008.584,83 foi inferior à despesa executada, de R\$ 7.772.240.596,44, gerando um déficit orçamentário no valor de R\$ 5.149.232.011,61.

A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10 - Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas da Administração Indireta e a tabela resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:

TABELA 116
DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇADA E REALIZADA POR
CATEGORIA ECONÔMICA

(R\$ 1,00)

Valores Brutos	Orçado	Realizado	Restituições de Receita	Orçado	Realizado	Valores Líquidos	Orçado	Realizado
Receita Corrente	2.756.057.788,89	2.565.120.594,29	Restituição da Receita Corrente		36.275.229,28	Receita Corrente	2.756.057.788,89	2.528.845.365,01
Receita de Capital	318.882.744,28	94.163.219,82	Restituição da Receita de Capital			Receita de Capital	318.882.744,28	94.163.219,82
Total da Receita	3.074.940.533,17	2.659.283.814,11	Total das Deduções		36.275.228,99	Total	3.074.940.533,17	2.623.008.584,83

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Ressalta-se que no total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias. Da mesma forma, o balanço apresenta as receitas segundo as categorias econômicas e as despesas por tipo de crédito.

Os resultados da execução orçamentária do exercício estão resumidos na Tabela 98.



TABELA 117

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	(R\$ 1,00)						
	2013			RECEITAS		DIFERENÇA	VARIACÃO %
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	PREVISÃO	2014 EXECUÇÃO			
Receitas Correntes	2.657.109.357,67	2.306.240.424,33	2.756.057.788,89	2.528.845.365,01	-227.212.423,88	9,65	
Receitas de Capital	190.523.742,75	76.205.580,05	318.882.744,28	94.163.219,82	-224.719.524,46	23,56	
SOMA	2.847.633.100,42	2.382.446.004,38	3.074.940.533,17	2.623.008.584,83	-451.931.948,34	10,10	
<i>Déficit</i>	4.796.874.459,47	4.013.067.850,84	5.902.058.123,19	5.149.232.011,61	-752.826.114,58	28,31	
TOTAL	7.644.507.559,89	6.395.513.855,22	8.976.998.656,36	7.772.240.596,44	-1.204.758.059,92	21,53	

ESPECIFICAÇÃO	(R\$ 1,00)						
	2013			DESPESAS		DIFERENÇA	VARIACÃO %
	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	FIXAÇÃO	2014 EXECUÇÃO			
Créd. Ord. e Suplementares	7.581.858.388,88	6.395.218.366,21	8.959.748.620,06	7.762.211.133,24	-1.197.537.486,82	21,38	
Créditos Especiais	62.649.171,01	295.489,01	17.250.036,30	10.029.463,20	-7.220.573,10	3.394,19	
SOMA	7.644.507.559,89	6.395.513.855,22	8.976.998.656,36	7.772.240.596,44	-1.204.758.059,92	21,37	
<i>Superávit</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	7.644.507.559,89	6.395.513.855,22	8.976.998.656,36	7.772.240.596,44	-1.204.758.059,92	21,37	

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Comparando a Previsão da Receita com a Fixação da Despesa evidencia-se um déficit de R\$ 5.902.058.123,19, referente às transferências do Tesouro, que não são mais consideradas receitas orçamentárias. Observa-se então a dependência das transferências do Tesouro pelos órgãos da Administração Indireta.

Como foi demonstrado no capítulo que trata da execução orçamentária, a Administração Indireta apresentou um *déficit* orçamentário de R\$ 5.149.232.011,61.

Quando analisada a situação das entidades, separadamente, constata-se que o *déficit* orçamentário verificado na Administração Indireta, como um todo, foi consequência da situação *deficitária* registrada, principalmente no FUNDES, FUNAPREV (SUPSEC), DER, FDI e FUNECE.

Na tabela a seguir está evidenciada, de forma resumida, a situação das entidades com maiores *superávits* e *déficits*.

TABELA 118

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT ORÇAMENTÁRIO
DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ENTIDADE	SUPERÁVIT	PARTIC. %	ENTIDADE	(R\$ 1,00)	
				DEFICIT	PARTIC. %
PREVID	13.048.540,80	30,46	FUNDES	2.310.125.188,81	44,49
FPP	12.268.840,84	28,65	FUNAPREV (SUPSEC)	823.953.619,97	15,87
FDID	7.091.860,48	16,56	DER	568.172.202,85	10,94
FDS	3.356.849,41	7,84	FDI	259.865.646,04	5,01
FEAS	2.124.637,73	4,96	FUNECE	209.902.098,32	4,04
SUBTOTAL	37.890.729,26	88,47	SUBTOTAL	4.172.018.755,99	80,35
<i>OUTRAS ENTIDADES</i>	4.939.006,16	11,53	<i>OUTRAS ENTIDADES</i>	1.020.042.991,04	19,65
TOTAL	42.829.738,42	100,00	TOTAL	5.192.041.747,03	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



4.2.1.1. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

BOIND-01 — Composição da Dotação Atualizada da Administração Indireta

A tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada consolidada da Administração Indireta.

TABELA 119
COMPOSIÇÃO DA DOTAÇÃO ATUALIZADA

	R\$ 1,00)
5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	7.408.343.985,66
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional	2.946.762.023,54
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	1.378.107.352,84
(=) Dotação Atualizada	8.976.998.656,36

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

BOIND-02 - Previsão e execução da despesa por tipo de crédito — Administração Indireta

A tabela que segue demonstra a previsão e execução da despesa por tipo de crédito, na Administração Indireta.

TABELA 120
PREVISÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA POR TIPO DE CRÉDITO

	R\$ 1,00)				
Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
Ordinário e Suplementar	7.408.343.985,66	8.959.748.620,06	7.762.211.133,24	7.604.602.268,64	7.593.878.410,61
Especial	-	17.250.036,30	10.029.463,20	9.942.663,20	9.942.663,20
Extraordinário	-	-	-	-	-
Total	7.408.343.985,66	8.976.998.656,36	7.772.240.596,44	7.614.544.931,84	7.603.821.073,81

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

4.2.2. Balanço Financeiro

É objetivo primordial do Balanço Financeiro demonstrar toda a movimentação financeira, orçamentária e extra-orçamentária do exercício em análise, bem como o saldo em espécie que se transfere para o exercício seguinte.

Está dividido em quatro partes, compreendendo:

- as receitas e despesas resultantes da execução orçamentária;
- as transferências financeiras recebidas e concedidas para execução orçamentária;
- os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária;
- o saldo do exercício anterior e o saldo que se transfere para o exercício seguinte.



Ressalta-se que as receitas e despesas orçamentárias foram agrupadas em ordinárias e vinculadas. As Receitas Ordinárias incluem as receitas orçamentárias de Fonte 00 (Recursos Ordinários), Fonte 01 (Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados), Fonte 29 (Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade), Fonte 40 (Operações de Crédito Não Condicionadas) e Fonte 70 (Recursos Diretamente Arrecadados). As demais fontes constam no balanço como vinculadas.

Os resultados do Balanço Financeiro estão apresentados a seguir, de forma resumida, tendo-se omitido a despesa orçamentária por função, por haver sido demonstrada na tabela 71.

TABELA 121
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO FINANCEIRO

	(R\$ 1.000)	
	e	Exercício Anterior
ORÇAMENTÁRIA	2.623.008.584,83	2.382.446.004,38
-Ordinária	557.799.467,42	517.900.476,23
-Vinculada	2.065.209.117,41	1.864.545.528,15
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	5.310.241.023,74	4.201.978.966,97
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.298.718.972,93	1.223.000.766,26
Restos a Pagar	166.164.525,21	269.576.569,56
Valores Restituíveis	1.132.554.447,72	953.424.196,70
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	862.988.174,97	847.382.919,92
Caixa e Equivalentes de Caixa	862.988.174,97	847.382.919,92
TO	10.092	654.808.657,53
ORÇAMENTÁRIA	7.772.240.596,44	6.395.513.855,22
-Ordinária	5.189.592.129,33	4.259.856.065,06
-Vinculada	2.582.648.467,11	2.135.657.790,16
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	224.961.625,69	252.934.052,87
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.379.050.842,40	1.143.372.574,47
Restos a Pagar	260.995.684,08	1742.88.730,14
Valores Restituíveis	1.118.055.158,32	969.083.844,33
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	718.703.691,94	862.988.174,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	718.502.995,17	862.988.174,97
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	200.696,77	0,00
TOTAL	10.094.956.756,47	8.654.808.657,53

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nos grupos de Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, encontra-se a movimentação relacionada a todas as transferências financeiras intra-orçamentárias realizadas pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública estadual para a execução de pagamentos de natureza orçamentária ou extra-orçamentária. Em ambos os grupos, consta a discriminação dos valores repassados e recebidos para pagamento de despesas orçamentárias e extra-orçamentárias.



Os restos a pagar registrados como Receita Extraorçamentária são os inscritos neste exercício e são assim contabilizados para compensar sua inclusão na Despesa Orçamentária, uma vez que são considerados despesas executadas.

Os Restos a Pagar constantes na coluna Despesa correspondem àqueles pagos neste exercício, mas que pertencem a exercícios anteriores.

Na receita de Depósitos de Diversas Origens, merecem destaque as consignações da folha de pagamento, cauções e garantias diversas e os depósitos para quem de direito.

As entidades que mais contribuíram para a composição da receita e da despesa dessa conta estão demonstradas na tabela seguinte:

TABELA 122
DEMONSTRATIVO DOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS POR ÓRGÃO

ENTIDADE	RECEITA	PARTIC.%	DESPESA	PARTIC.%
FUNAPREV	463.212.702,71	40,90	462.988.204,29	41,41
FUNDES	229.675.532,63	20,28	232.582.310,44	20,82
DETRAN	109.311.676,33	9,65	104.136.237,15	9,31
PREVMILITAR	97.942.525,16	8,65	97.942.525,16	8,76
OUTRAS ENTIDADES	232.412.010,89	20,52	220.405.881,28	19,71
TOTAL	1.132.554.447,72	100,00	1.118.055.158,32	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa constante tanto no saldo em espécie do exercício anterior quanto no saldo em espécie para o exercício seguinte corresponde ao agrupamento de contas 1.1.1.1, cujos principais grupos são: Tesouro Estadual, Recursos Vinculados, Recursos à Disposição de Convênios e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.

No grupo Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte, a conta Caixa e Equivalentes de Caixa registrou saldo de R\$ 718.502.995,17 e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados R\$ 200.696,77. A Tabela 123 apresenta as entidades responsáveis pelos maiores saldos neste grupo.



TABELA 123
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE PARA
O EXERCÍCIO SEGUINTE

ENTIDADE	VALOR	(R\$ 1,00) PARTIC. %
FUNDES	198.355.070,81	27,60
FPP	75.293.489,31	10,48
FUNAPREV	62.194.597,86	8,65
FERMOJU	48.604.887,11	6,76
SEMACE	46.818.258,64	6,51
OUTRAS ENTIDADES	287.437.388,21	40,00
TOTAL	718.703.691,94	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

4.2.2.1. Notas Explicativas do Balanço Financeiro

BFIND-01 — Inscrição de Restos a Pagar Processados da Administração Indireta

Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das consignações do exercício a pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) consta inserido nos saldos de créditos empenhados liquidados a pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03) no final do exercício. Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Inscritos ao final do exercício compreende, também, o saldo das consignações do exercício não pagas até 31/12/2014.

Como as consignações do exercício a pagar já estão evidenciadas na linha de Recebimentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro, para se conhecer o valor da inscrição de Restos a Pagar Processados, é preciso subtrair as consignações do exercício, conforme é evidenciado na tabela abaixo:

TABELA 124
CÁLCULO DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014	(R\$ 1,00) Valor
Saldo do Grupo de Contas: 6.2.2.1.3.03 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	10.723.858,03
(-) Saldo do Grupo de Contas: 2.1.8.8.1.01.01 - Consignações do Exercício	2.254.997,42
(=) Inscrição de Restos a Pagar Processados	8.468.860,61

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Ressalta-se que para 2015, já foi procedida uma modificação no processo de registro das consignações a pagar, baixando-as como despesa orçamentária paga, no momento da liquidação da despesa orçamentária. Ao mesmo tempo, será criado um movimento extra-orçamentário utilizando-se os grupos 5 e 6 do Plano de Contas, para controlar as consignações não pagas.



BFIND-02 - Pagamentos de Restos a Pagar Processados da Administração Indireta

Devido a sistemática de liquidação da despesa adotada pelo S2GPR desde 2012, as consignações de exercícios anteriores pagas (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02) constam inseridas nos saldos dos Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2). Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Pagos ao final do exercício compreende, também, a diferença entre débitos e créditos das consignações do exercício anteriores.

TABELA 125

CÁLCULO DO PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)	
Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014	Valor
Saldo da conta 6.3.2.2 - RP Processados Pagos	20.049.361,39
(-) Diferença entre Débitos e Créditos da conta 2.1.8.8.1.01.02 — Consignações dos Exercícios Anteriores	5.995.160,29
(=) Pagamentos de Restos a Pagar Processados	14.054.201,10

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Como as consignações de exercícios anteriores pagas já estão evidenciadas na linha de Pagamentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro, para se conhecer o valor de Restos a Pagar Processados Pagos, é preciso subtrair a diferença entre débitos e créditos das consignações do exercício anterior, conforme é evidenciado na tabela acima.

BFIND-03 — Recebimentos e pagamentos extraorçamentários — Outros Valores Restituíveis da Administração Indireta

A tabela abaixo evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 126

CÁLCULO DOS RECEBIMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

R\$ 1,00		
Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	13.178.632,31
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	84.012.282,30
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	201.786,06
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	165.105,82
Total		97.557.806,49

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

A tabela abaixo evidencia a composição dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:



TABELA 127

CÁLCULO DOS PAGAMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	110.692,67
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	78.837.254,64
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	205.301,09
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	165.105,82
Total		79.318.354,22

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

BFIND-04 — Depósitos restituíveis e valores vinculados da Administração Indireta

O valor de R\$ 200.696,77 na linha "depósitos restituíveis e valores vinculados" com a coluna de dispêndios, refere-se ao saldo da conta de ativo financeiro 1.1.2.2.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber.

TABELA 128

SALDO DA ARRECAÇÃO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA A RECEBER

(1.1.2.2.2.04) POR UNIDADE GESTORA

(R\$ 1,00)

UG	Valor
080301	736,44
100601	28.768,50
130101	2.209,31
150201	12.393,78
211101	16,04
490101	156.572,70
Total	200.696,77

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Tal conta registra os valores relativos a créditos a receber oriundos das receitas da Administração Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda. A tabela acima, evidencia o valor a receber por Unidade Gestora.

4.2.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial demonstra, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Em virtude da adoção dos novos critérios contábeis adotados, os grupos do Ativo e do Passivo foram classificados em Circulante e em Não Circulante, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, conforme se observa na tabela a seguir:



TABELA 129
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO PATRIMONIAL

ESPECIFICAÇÃO	(R\$ 1,00)	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
CIRCULANTE	1.485.715.493,14	1.593.834.581,67
Caixa e Equivalentes de Caixa	718.502.995,17	862.988.174,97
Créditos a Curto Prazo	201.896,77	1.700,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	909.779,43	4.688.237,19
Estoques	766.100.821,77	726.156.469,51
NÃO CIRCULANTE	1.689.492.856,18	1.007.015.761,04
Ativo Realizável a Longo Prazo	14.027.394,74	190.603.928,51
Investimentos	36.199,76	36.199,76
Imobilizado	1.675.429.261,68	816.375.632,77
TOTAL	3.175.208.349,32	2.600.850.342,71

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
CIRCULANTE	100.462.575,61	91.385.329,95
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.879.516,04	9.775.892,30
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.873.481,02	1.924.003,33
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	130.996,57	60,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	93.547.937,41	79.685.374,32
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	7.827.898,85	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.066.917.874,86	2.509.465.012,76
Demais Reservas	0,00	527.135,79
Resultados Acumulados	3.066.917.874,86	2.508.937.876,97
TOTAL	3.175.208.349,32	2.600.850.342,71

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

TABELA 130
DEMONSTRATIVO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIRO, PERMANENTE E
SALDO PATRIMONIAL E CONTAS DE COMPENSAÇÃO

(R\$ 1,00)			
(1) Ativo Financeiro	718.703.691,94	(3) Passivo Financeiro	204.772.189,40
(2) Ativo Permanente	2.456.504.657,38	(4) Passivo Permanente	73.212.293,76
Saldo Patrimonial	2.897.223.866,16		
Compensações			
Atos Potenciais Ativos	355.126.436,55	Atos Potenciais Passivos	68.271.482,35

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A Tabela acima destaca o Ativo e o Passivo (Financeiro e Permanente), além do Saldo Patrimonial e das contas de Compensação, constantes no Balanço Patrimonial, conforme determina o art. 15 da Lei no 4.320/64:

As entidades integrantes da Administração Indireta encerraram o exercício com o Saldo Patrimonial de R\$ 2.897.223.866,16 e *superávit* financeiro de R\$ 513.931.502,54 resultado da diferença entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro. A conta Caixa e Equivalentes de Caixa, pertencente ao grupo Ativo Circulante, teve uma contribuição expressiva nesse resultado.



Quando analisadas separadamente, observa-se que 39 entidades apresentaram *superávit* financeiro, no valor total de R\$ 515.681.059,55, destacando-se as seguintes:

TABELA 131
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO POR ENTIDADE

	SUPERÁVIT	(R\$ 1,00) PARTICIPAÇÃO %
FUNDES	90.941.337,91	17,64
FPP	75.293.489,31	11,99
FUNAPREV (SUPSEC)	61.850.593,31	5,58
FERMOJU	28.783.186,27	14,60
SUBTOTAL	256.868.606,80	49,81
OUTRAS ENTIDADES	258.812.452,75	50,19
TOTAL	515.681.059,55	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Foi registrado *deficit* financeiro em cinco Entidades, cujo montante chegou a R\$ 1.749.557,01. O ISSEC foi responsável pelo maior valor, com um percentual de 68,928% correspondente a R\$ 1.205.790,35.

No Ativo Imobilizado, integram o grupo Bens Móveis, no valor de R\$ 299.551.855,95 e Bens Imóveis, no total de R\$ 1.375.877.405,73.

As contas de compensação representam os atos que possam vir a afetar o patrimônio, compreendendo as compensações do ativo e do passivo, ou seja, são contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira e as contas com função precípua de controle.

A tabela abaixo evidencia o cálculo do Patrimônio Líquido:

TABELA 132
DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	(R\$ 1,00)
CÁLCULO CONFERÊNCIA PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2013	2.509.465.012,76
(+) RESULTADO PATRIMONIAL 2014	784.370.150,59
(+) VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(226.390.152,70)
(+) VARIAÇÃO DA CONTA DE RESERVAS MATEMÁTICAS DO SEGURO SOCIAL	(527.135,79)
(=) PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2014	3.066.917.874,86
CÁLCULO DA VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2014	(160.322.625,11)
(-) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2013	66.067.527,59
(=) VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(226.390.152,70)

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

4.2.3.1. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

BPIND-01 - Composição do Passivo Financeiro da Administração Indireta

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público — MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105:

“§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.”

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela 06. São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

TABELA 133
COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

	(R\$ 1,00)
Passivo (Atributo F)	35.078.180,70
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	157.695.664,60
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	11.998.344,10
(=) Passivo Financeiro	204.772.189,40

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

4.2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

Este demonstrativo constitui parte integrante do balanço e evidencia as alterações verificadas no patrimônio, durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.



Essas alterações no patrimônio consistem em variações qualitativas e quantitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, enquanto que as variações qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais, mas não afetam o patrimônio líquido. Dessa forma, é calculado o resultado patrimonial do período, que é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. A Tabela 87 evidencia a síntese das variações patrimoniais.

TABELA 134
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

(R\$ 1,00)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.933.483.009,73	6.589.196.098,06
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	385.516.722,37	349.077.270,16
Contribuições	1.361.596.574,52	1.209.819.337,60
Exploração e venda de Bens, Serviços e Direitos	48.392.130,29	45.628.899,06
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	69.492.504,48	55.164.745,37
Transferências e Delegações Recebidas	5.930.014.506,94	4.777.581.948,80
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	138.470.571,13	151.923.897,07
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	7.149.112.859,14	6.258.900.648,92
Pessoal e Encargos	1.349.621.650,65	1.307.362.073,85
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.415.262.983,88	2.188.255.327,76
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.363.737.433,21	1.327.852.524,55
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	25.787.342,70	23.951.810,32
Transferências e Delegações Concedidas	1.211.234.613,41	880.953.788,96
Tributárias	57.521.830,95	48.044.950,33
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	725.947.004,34	482.480.173,15
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	784.370.150,59	330.295.449,14
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES QUALITATIVAS		
Incorporação do Ativo	1.417.655.674,45	797.342.353,45
Desincorporação do Passivo	1.100.993,15	634.724,34
Desincorporação de Ativo	3.309.079,50	2.038.306,09
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	1.422.065.747,10	800.015.383,88

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

No exercício de 2014, foi apurado um superávit de R\$ 784.370.150,59, que representa o Resultado Patrimonial do exercício.

Quando analisadas separadamente, observa-se que 35 entidades apresentaram superávit, no valor total de R\$ 927.426.021,72. Dentre as Entidades que se destacaram, estão o DER, com 42,56% do total do superávit e o FUNDES, com 28,93%.

Em contrapartida, dez Entidades apresentaram déficit, totalizando R\$ 143.055.871,13. O FIT foi responsável por 62,93% desse valor, enquanto o FERMOJU, 16,93%.



4.2.4.1. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Qualitativas

Incorporação do Ativo

DVPIND-01 - Aquisição de Bens Móveis provenientes de Outras Fontes da Administração Indireta

As fontes que foram utilizadas para aquisição de bens móveis, excetuando-se a Fonte de Alienação de Bens (Fonte 12), estão discriminadas na tabela abaixo:

TABELA 135

OUTRAS FONTES UTILIZADAS NA COMPRA DE BENS MÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Fonte de Recursos		Valor
Fonte 00	Recursos Ordinários	28.140.060,82
Fonte 01	Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	5.918.988,74
Fonte 10	Recursos provenientes do FECOP	127.430,87
Fonte 15	Depósitos Judiciais - PIMPJ	1.681.600,55
Fonte 40	Operações de Crédito não Condicionada	3.316,67
Fonte 47	Operações de Crédito Internas - BNDES/Estados	6.437.352,17
Fonte 53	Operações de Crédito Internas - PROINVESTE	1.837.728,00
Fonte 59	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	1.844.381,37
Fonte 69	Operações de Crédito Externas - PFORR	2.959.324,60
Fonte 70	Recursos diretamente arrecadados	22.946.391,54
Fonte 83	Convênios com Órgãos Federais - Administração Indireta	2.005.378,28
Fonte 89	Convênios com Órgãos Privados - Administração Indireta	136.681,09
Fonte 91	Recursos provenientes do SUS	32.116.297,12
Fonte 92	Repasse Fundo a Fundo - FNAS	108.236,60
TOTAL		106.263.168,42

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

DVPIND-02 - Outras Incorporações do Ativo da Administração Indireta

As Outras Incorporações do Ativo estão detalhadas na tabela que segue, por modalidade e elemento de despesa:

TABELA 136

COMPOSIÇÃO DAS OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00

Modalidade e Elemento		Valor
339030	Material de Consumo	225.941.763,74
339032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	188.098.576,71
449020	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	21.546,11
449030	Material de Consumo	2.033.417,11
449033	Passagens e Despesas de Locomoção	12.293,52
449035	Serviço de Consultoria	27.213.346,23
449036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	271.540,00
449039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	128.441.773,13
449047	Obrigações Tributárias e Contributivas	35.462,18
449147	Obrigações Tributárias e Contributivas	90.337,13
459062	Aquisição de Bens para Revenda	2.147.405,78
TOTAL		574.307.461,64

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

DVPIND-03 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos da Administração Indireta

A concessão de Empréstimos e Financiamentos na Administração Indireta refere-se ao Fundo de Desenvolvimento Industrial — FDI, no valor de R\$ 259.865.646,04.

Desincorporação do Ativo

DVPIND-04 - Empréstimos e Financiamentos da Administração Indireta

Os recebimentos referentes aos empréstimos e financiamentos concedidos estão detalhados a seguir:

TABELA 137

COMPOSIÇÃO DOS RECEBIMENTOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS NA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

R\$ 1,00)

Empréstimos e Financiamentos Recebidos	Valor
Programa de Sementes	261.963,38
Concessão de Empréstimo ao artesanato	500,00
TOTAL	262.463,38

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).



4.2.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Na tabela 93, o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante.

TABELA 138
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	255.364.879,39	0	243.346.974,80	12.017.904,59
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	18.161.975,02	0	18.161.975,02	0
DESTE EXERCÍCIO	0	157.695.664,60	0	157.695.664,60
SUBTOTAL	273.526.854,41	157.695.664,60	261.508.949,82	169.713.569,19
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	14.075.653,31	0	13.959.986,98	115.666,33
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	439.732,04		439.732,04	
DESTE EXERCÍCIO	0	8.468.860,61	0	8.468.860,61
SUBTOTAL	14.515.385,35	8.468.860,61	14.399.719,02	8.584.526,94
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0	0	0	0
SUBTOTAL	0			0
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	11.679.762,03	1.132.554.447,72	1.118.055.158,32	26.179.051,43
SUBTOTAL	11.679.762,03	1.132.554.447,72	1.118.055.158,32	26.179.051,43
DÉBITOS DE TESOURARIA	0		0	0
SUBTOTAL	0			0
TOTAL	79			

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).



4.2.5.1. Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

DFIND-01 - Mudança no mapeamento das contas contábeis para apresentação dos saldos de Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores (grupos de contas 5.3.2.1, 5.3.2.2 e 6.3.2.1) e Consignações a Pagar de Exercícios Anteriores (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02) para elaboração da Dívida Flutuante (DF), a fim de adequar o saldo evidenciado no referido demonstrativo com o Passivo Financeiro constante em anexo ao Balanço Patrimonial

Foram feitos ajustes na grade de elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante de 2014, em comparação com a grade do Balanço/2013, a fim de conciliar esse demonstrativo com o saldo do Passivo Financeiro apresentado em anexo ao Balanço Patrimonial. As linhas que sofreram alterações na composição dos saldos e as devidas justificativas para a alteração constam a seguir:

(I) Linha de Subtotal dos Restos a Pagar Processados: fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha, para subtrair dos totais apresentados os saldos das Consignações a Pagar de Exercícios Anteriores (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02), uma vez que devem ser apresentados na Linha de Depósitos de Diversas Origens. Cabe esclarecer que, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das Consignações de Exercícios Anteriores a Pagar consta inserido nos saldos de Restos a Pagar Processados de anos anteriores (grupos de contas 5.3.2.1, 5.3.2.2 e 6.3.2.1). Logo, na contabilidade, o valor de Restos a Pagar Processados de anos anteriores ao final do exercício compreende, também, o saldo das Consignações de Exercícios Anteriores não Pagas. Como o Demonstrativo da Dívida Flutuante exige que se divulguem em separado os saldos de Restos a Pagar Processados e Depósitos de Diversas Origens (que inclui as Consignações a Pagar), a subtração e o ajuste dos saldos se fazem necessários.

(II) Linha Depósitos de Diversas Origens: fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para exclusão das contas do subgrupo 2.1.8.8.1 que possuem atributo P (Permanente). Essas contas de Passivo Circulante não pertencem ao Passivo Financeiro, motivo pelo qual estão marcadas na contabilidade com o atributo P. Sendo assim, não deveriam constar no mapeamento das contas contábeis para serem incluídas na Dívida Flutuante, o que acabou acontecendo em 2013, já que o referido ajuste, até então, não havia sido efetuado. A referida inconsistência foi percebida e corrigida para o Balanço de 2014. A tabela a seguir apresenta os saldos, em 31/12/2014, das contas incluídas no subgrupo 2.1.8.8.1 que possuem atributo P e que foram excluídos do saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante:

TABELA 139
CONTAS EXCLUÍDAS NA CONTA DE DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

(R\$ 1,00)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2014
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	79.484,73
2.1.8.8.1.51.01	Depósitos Judiciais Transferidos (P)	65.274.109,13
Total subtraído do Subtotal: Depósitos de Diversas Origens (DF)		65.353.593,86

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Considerando o ajuste citado no item II, a composição dos Depósitos de Diversas Origens é apresentada na tabela abaixo:

TABELA 140
COMPOSIÇÃO DOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

(R\$ 1,00)

Descrição	Saldo em 31/12/2014
Saldo do grupo de contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis	91.532.645,29
(-) Saldos com atributo P a serem excluídos no grupo 2.1.8.8.1	-65.353.593,86
(=) Total dos Depósitos de Diversas Origens (DF)	26.179.051,43

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

DFIND-02 - Inscrição dos Restos a Pagar Processados em 31.12.2014

Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das Consignações do Exercício a Pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) consta inserido nos saldos de Créditos Liquidados a Pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03). Logo, o valor de Restos a Pagar Processados inscritos ao final do exercício compreende, também, o saldo das consignações do exercício não pagas até 31/12/2014. Para se conhecer o saldo de Restos a Pagar, exceto as Consignações, é preciso subtrai-las do total de Créditos Empenhados Liquidados a Pagar. O resultado dessa subtração representa o valor de Restos a Pagar inscritos no exercício apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF). A fim de melhor evidenciar esses valores, segue tabela abaixo:

TABELA 141
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

(R\$ 1,00)

Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014	Valor
Saldo do Grupo de Contas: 6.2.2.1.3.03 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar — Valor que será registrado como Inscrição de Restos a Pagar Processados	10.723.858,03
(-) Saldo do Grupo de Contas: 2.1.8.8.1.01.01 - Consignações do Exercício	-2.254.997,42
Valor dos Restos a Pagar Processados (exceto Consignações) apresentado na linha: Restos a Pagar Processados — Inscrição do Exercício (DF)	8.468.860,61

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

DFIND-03 — Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como Baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. A tabela abaixo apresenta o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas em 2014:



TABELA 142

BAIXAS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2014
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.4)	246.941.482,98
Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.9)	14.567.466,84
Somatório das Baixas de RPNP	261.508.949,82

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

TABELA 143

BAIXAS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2014
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.2)	20.049.361,39
(-) Pagamento de Consignações de Exercícios Anteriores (Débitos - Créditos do Subgrupo de Contas 2.1.8.8.1.01.02) (*)	-5.995.160,29
(=) Pagamento de RPP líquido das Consignações Pagas de Exercícios Anteriores	14.054.201,10
(+) Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.9)	345.517,92
Somatório das Baixas de Restos a Pagar Processados (RPP)	14.399.719,02

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

(*) Com base nas explicações apresentadas nas notas anteriores, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR, o pagamento dos Restos a Pagar Processados também precisa ser ajustado das Consignações de Exercícios Anteriores Pagas, que constam registrados na conta contábil de Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2), mas são evidenciados em separado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF). Logo, o valor de pagamentos de Restos a Pagar Processados é evidenciado líquido das Consignações de Exercícios Anteriores pagas em 2014 e o pagamento das referidas Consignações está incluso nos saldos apresentados na linha Depósitos de Diversas Origens.

4.3. BALANÇOS CONSOLIDADOS

4.3.1. Balanço Orçamentário Consolidado

O Balanço Orçamentário da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE) demonstra as receitas previstas em confronto com as realizadas, bem como as despesas fixadas com as executadas evidenciadas as diferenças globais entre elas e devem ser apresentados conforme a Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.



TABELA 144

DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO

(RS 1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c b-a)		
CORRENTES	17.866.459.938,12	18.719.923.457,92	18.525.394.819,22	-194.528.638,70		
TRIBUTÁRIA	9.271.358.022,26	9.739.120.074,20	9.660.240.902,61	-78.879.171,59		
DE CONTRIBUIÇÕES	1235.236.907,00	1.425.736.907,00	1.361.596.574,52	-64.140.332,48		
PATRIMONIAL	227.570.418,45	233.531.087,18	417.814.290,30	184.2832)3,12		
DE SERVIÇOS	74.828376,82	81.013.507,13	53399.263,54	-27.614.243,59		
RÊNCIAS CORRENTES	6.651.607.610,55	6.673314.557,74	6.394.618194,02	-278.696.363,72		
RECEITAS CORRENTES	405.858.603,04	567.207.324,67	637.725.594,23	70.518.269,56		
	3.791.445.786,06	5.250.722930,57	2.540.214.663,20	-2.710.508.267,37		
	2456.937.034,43	3.234.234.884,74	1.633.746.799,08	-1.600.488.085,66		
	18.041,00	212.262,49	5.955.846,12	5.743583,63		
	0,00	0,00	500,00	500,00		
	1331.247.743,63	1.990.130.125,84	831.649.000,97	-1.158.481.124,87		
	3.242.967,00	26.145.657,50	68.862.517,03	-42716.859,53		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	21.657.905.724,18	23.970.646388,49	21.065.609.482,42	-2.905.036.906,07		
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de °édito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III)	0,00	0,00	0,00	0,00		
(I+0)	21.657.905.724,18	23.970.646.388,49	21.065.609.482,42	-2.905.036.906,07		
DÉFICIT (IV)	0,00	1.364.388.330,01	717.905.67196	-646.482.658,05		
TOTAL (V)=(III+IV)	21.657.905.724,18	25335.034.718,50	21.783315.154.38	-3351.519364,12		
SALDO DE EXER ~ORES (UTILIZ PARA CRÉDITOS ADICIONAIS) Superávit Enanceiro Reabertura de Créditos Adicionais						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATU. IJZADA (e)	DESPESAS EMPINHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO i=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	16.495.130.723,34	17.885.760.855,53	17.277.833.219,52	17.080.168.459,68	16.968.225.645,14	607.927.636,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.998.386.033,76	9.276.211.596,05	9.126.569.849,74	9.124.980.133,66	9.083.907.698,31	149.641.74431
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	310.127.610,00	303.763.891,17	297.663.290,94	297.663.290,94	297.663.290,94	6.100.600,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.186.617.079,58	8.305.785.368,31	7.853.600.078,84	7.657.525.035,08	7.586.654.655,89	452185.289,47
DESPESAS DE CAPITAL	5.051.215.478,09	7383.671.490,69	4.442.404.841,58	4.204.774.057,03	4.186.227.142,15	2.941.266.649,11
INVESTIMENTOS	4.476.075.860,09	6360.347233,70	3.475.765.085,85	3.243.146.501,30	3.224.599.586,42	2884.582.147,85
INVERSÕES FINANCEIRAS	147362294,00	484.804.514,91	434.100868,47	429.088.668,47	429.088.668,47	50.703.646,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	427.777.324,00	538.519.742,08	532538.887,26	532538887,26	532.538.887,26	5.980.854,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	46.661.529,00	2.325.279,00	0,00	0,00	0,00	2.325.279,00
RESERVA DO RPPS	46.661.529,00	2.325.279,00	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	21391007.730,43	25.271.757.625,22	21.720.238.061,10	21.284.942.516,71	21.154.452.787,29	3351.519.564,12
AMORT. DA DÍV./REFINANCIAMENTO (VII)	64.897.992,00	63.277.093,28	63.277.093,28	63277.093,28	61277.093,28	0,00
Amortização da Dívida Interna	64.897.992,00	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C REFINANCIAMENTO) (VII)=(VI+VII)	21.657.905.722,43	25.335.034.718,50	21.783.515.154,38	21348.219.609,99	21.217.729.880,57	1551.519364,12
SUPERÁVIT (DO)	1,75	0,00	0,00	-	-	0,00
TOTAL (X)=(VIII+IX)	21.657.905.724,18	25335.034.718,50	21.783.515.154,38	21.348.219.609,99	21.217.729.880,57	3351319.564,12

FONTE S2GPR/SEFAZ



O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- (a) as receitas por fonte (espécie); e
- (b) as despesas por grupo de natureza.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

No Balanço Orçamentário Consolidado, da confrontação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada, no exercício de 2014, do Balanço Orçamentário da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes verifica-se um déficit orçamentário de R\$ 717.905.671,96.

A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Deduções para a Formação do FUNDEB e Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10, Consolidado do Estado e a tabela resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:



TABELA 145
DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA LIQUIDA DO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO

		(R\$ 1,00)
VALORES BRUTOS	ORÇADO	REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	20.398.190.335,57	20.124.026.041,49
RECEITAS CAPITAL	5.250.722.930,57	2.540.214.663,20
RECEITA INTRA	829.271.658,06	990.955.223,08
TOTAL DA RECEITA	26.478.184.924,20	23.655.195.927,77
DEDUÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB		
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	2.507.538.535,71	2.514.060.248,69
DEDUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DAS DEDUÇÕES DA RECEITA	2.507.538.535,71	2.514.060.248,69
RESTITUIÇÃO DE RECEITA		
RESTITUIÇÃO DA RECEITA CORRENTE	0,00	63.420.844,34
RESTITUIÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL	0,00	0
RESTITUIÇÃO DA RECEITA CORRENTE INTRA	0,00	12.105.352,32
TOTAL DAS RESTITUIÇÕES	0,00	75.526.196,66
TOTAL DAS DEDUÇÕES DA RECEITA		
CORRENTE	2.507.538.535,71	2.577.481.093,03
CAPITAL	0,00	0,00
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	12.105.352,32
TOTAL	2.507.538.535,71	2.589.586.445,35
VALORES LÍQUIDOS		
RECEITA CORRENTE	17.890.651.799,86	17.546.544.948,46
RECEITA DE CAPITAL	5.250.722.930,57	2.540.214.663,20
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	829.271.658,06	978.849.870,76
TOTAL	23.970.646.388,49	21.065.609.482,42

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias;

Com a adoção do novo modelo de Balanço Orçamentário para a Administração Pública, conforme dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 4ª edição, válido a partir de 2012, as receitas e despesas de capital devem ser evidenciadas segregando as operações relacionadas ao refinanciamento da dívida pública. Dessa maneira, a evidenciação das Receitas de Capital com Operações de Crédito e das Despesas de Capital com Amortização da Dívida dão destaque a essas operações, não constando totalizadas no Balanço Orçamentário. A tabela abaixo congrega essas operações e evidencia o total da Receita de Capital com operações de crédito e o total da Despesa de Capital com amortização de Empréstimos do Estado do Ceará no ano de 2014:



TABELA 146

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA COM
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

R\$ 1,0

Receita de Capital - Operações de Crédito	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Diferença
Operações de Crédito (líquida das operações de refinanciamento - natureza: 121)	2.456.937.034,43	3.234.234.884,74	1.633.746.799,08	(1.600.488.085,66)
Operações de Crédito para Refinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Operações de Crédito	2.456.937.034,43	3.234.234.884,74	1.633.746.799,08	(1.600.488.085,66)

R\$ 1,00

Despesa de Capital - Amortização da Dívida	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Diferença
Amortização da Dívida (líquida das operações de refinanciamento - natureza: 46)	427.777.324,00	538.519.742,08	532.538.887,26	532.538.887,26	532.538.887,26	5.980.854,82
Amortização da Dívida com Refinanciamento	64.897.992,00	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	63.277.093,28	0,00
Total das Operações de Crédito	492.675.316,00	601.796.835,36	595.815.980,54	595.815.980,54	595.815.980,54	5.980.854,82

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A tabela abaixo demonstra o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, evidenciando-as por categoria econômica e confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a sua realização.

TABELA 147
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA

(R\$ 1,00)

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b - a)
RECEITAS CORRENTES	792.429.527,75	829.271.658,06	990.955.223,08	161.683.565,02
Receita Tributária	3.227.835,07	3.227.835,07	778.841,44	-2.448.993,63
Taxas	3.227.835,07	3.227.835,07	778.841,44	-2.448.993,63
Receitas de Contribuições	777.478.168,00	808.978.168,00	860.535.441,04	51.557.273,04
Contribuições Sociais	777.478.168,00	808.978.168,00	860.535.441,04	51.557.273,04
Receita Patrimonial	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
Receita de Serviços	3.022.330,68	8.364.460,99	10.119.597,04	1.755.136,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.701.194,00	8.701.194,00	119.519.343,56	110.818.149,56
MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	54.468,25	54.468,25
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	7.299.007,42	7.299.007,42
RECEITAS DIVERSAS	8.701.194,00	8.701.194,00	112.165.867,89	103.464.673,89
Restituição de Receitas Correntes	0,00	0,00	-12.105.352,32	-12.105.352,32
Restituição de Receitas de Contribuições	0,00	0,00	-12.064.190,06	-12.064.190,06
Restituição de Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	-41.162,26	-41.162,26
Total Global	792.429.527,75	829.271.658,06	978.849.870,76	149.578.212,70

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e -
DESPESAS CORRENTES	791.582.900,39	956.946.166,66	949.256.791,22	948.895.477,75	936.514.505,94	7.689.375,44
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	777.676.768,00	824.951.262,87	821.108.436,21	821.108.436,21	808.753.258,19	3.842.826,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.906.132,39	131.994.903,79	128.148.355,01	127.787.041,54	127.761.247,75	3.846.548,78
DESPESAS DE CAPITAL	846.627,36	1.549.777,14	1.505.113,73	1.505.113,73	1.505.113,73	44.663,41
INVESTIMENTOS	846.627,36	1.549.777,14	1.505.113,73	1.505.113,73	1.505.113,73	44.663,41
Total Global	792.429.527,75	958.495.943,80	950.761.904,95	950.400.591,48	938.019.619,67	7.734.038,85

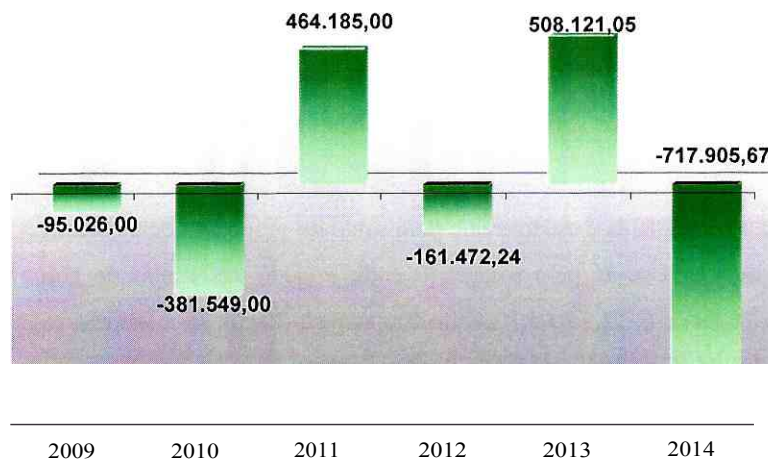
Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Observa-se que a realização da receita ultrapassou a previsão atualizada em R\$ 149.578.212,70. Da mesma forma, verifica-se que a dotação atualizada foi superior a despesa empenhada no valor de R\$ 7.734.038,85. Em relação ao confronto entre a receita realizada e despesa empenhada, observa-se ainda um superávit orçamentário de R\$ 28.087.965,81.

A diferença entre as receitas intraorçamentárias realizadas e as despesas intraorçamentárias pagas, está evidenciada na nota explicativa BOCON-04.

GRÁFICO XXXIII
TRAJETÓRIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO - 2009 A 2014
(R\$ 1.000,00)



Fonte: S2GPR/SEFAZ

4.3.1.1 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário Consolidado

BOCON-01 — Critérios utilizados na elaboração do Balanço Orçamentário

Para o preenchimento deste balanço, utilizam-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento Aprovado: Previsão da Receita e Fixação da Despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do Orçamento: Realização da Receita e Execução da Despesa) do plano de contas.

A Previsão Inicial da Receita está evidenciada no Balanço Orçamentário pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita). Já a previsão atualizada é demonstrada pelo seu valor líquido, representada pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita) adicionada do saldo da conta 5.2.1.2.1 (Previsão Adicional da Receita) e reduzida do saldo da conta 5.2.1.2.9 (Anulação da Previsão da Receita). O valor das receitas realizadas

também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária).

A Dotação Inicial é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação). A tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada.

TABELA 148
COMPOSIÇÃO DA DOTAÇÃO ATUALIZADA

(R\$ 1,00)

5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	21.657.905.722,43
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional	8.110.759.248,58
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	4.433.630.252,51
(=) Dotação Atualizada	25.335.034.718,50

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

A despesa empenhada é evidenciada pelo saldo do grupo de contas 6.2.2.1.3 (Crédito utilizado). A composição da despesa liquidada se dá pelo somatório entre o saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.03 (Crédito Empenhado Liquidado a Pagar) e 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Já a despesa paga é obtida pelo saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago).

Na tabela que segue, evidencia-se a previsão e execução da despesa por tipo de crédito.

TABELA 149
PREVISÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA POR TIPO DE CRÉDITO

R\$ 1.00

Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
Ordinário e Suplementar	21.657.905.722,43	25.302.833.093,35	21.763.188.500,27	21.327.979.755,88	21.197.490.026,46
Especial		32.201.625,15	20.326.654,11	20.239.854,11	20.239.854,11
Extraordinário			-		-
Total	21.657.905.722,43	25.335.034.718,50	21.783.515.154,38	21.348.219.609,99	21.217.729.880,57

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

BOCON-02 — Processo de Liquidação da Despesa

Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das Consignações do Exercício a Pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) consta inserido nos saldos de Créditos Empenhados Liquidados a Pagar (grupo de contas

6.2.2.1.3.03) no final do exercício. Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Inscritos ao final do exercício compreende, também, o saldo das consignações do exercício não pagas até 31/12/2014.

Ressalta-se que, para 2015, já foi procedida uma modificação no processo de registro das consignações a pagar, baixando-as como despesa orçamentária paga no momento da Liquidação da Despesa Orçamentária. Ou seja, quando ocorrer a retenção da consignação, haverá o registro de despesa orçamentária paga (6.2.2.1.3.04) no valor referente à consignação retida, atendendo à recomendação do TCE nº 22/2012. Ao mesmo tempo, será criado um controle do movimento extra-orçamentário gerado pela Liquidação, utilizando-se os grupos 5 e 6 do Plano de Contas, a fim de controlar as consignações não pagas e assim, facilitar a elaboração e conferência dos Demonstrativos Contábeis em que se evidenciam fluxos de Consignações.

BOCON-03 — Utilização do Superávit Financeiro de 2013 para cobertura do Déficit Orçamentário de 2014

O déficit verificado no Balanço Orçamentário Consolidado do Estado, tanto na previsão como na realização, no valor de R\$ 1.364.388.330,01 e R\$ 717.905.671,96, respectivamente, foi coberto com parte do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2013.

Verifica-se o valor do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2013 (R\$ 2.178.563.144,62) na linha "SalDOS de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)/Superávit Financeiro" com a coluna "Previsão Atualizada". Desse valor, R\$ 851.124.542,38 foi realizado em 2014 e está evidenciado na linha "SalDOS de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)/Superávit Financeiro" com coluna "Receitas Realizada".

BOCON-04 - Receitas e Despesas decorrentes de Operações Intraorçamentárias

Em 2014, foi verificada diferença entre o total das Receitas e Despesas Intraorçamentárias de R\$ 40.830.251,09, conforme demonstra a tabela abaixo:

TABELA 150
RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

Valores Intraorçamentários em 31/12/2014	R\$
Receitas Intraorçamentários - Valores Líquidos Arrecadados no Exercício	978.849.870,76
Despesas Intraorçamentárias - Valores Pagos no Exercício	938.019.619,67
Diferença entre Receitas e Despesas Intraorçamentárias	40.830.251,09

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

A metodologia estabelecida pela legislação de Contabilidade Aplicada ao Setor Público para o registro das Receitas e Despesas Intraorçamentárias não permite a compatibilização de seus valores dentro do exercício financeiro, devido a diversas concepções e diferenças operacionais para registro dessas receitas e despesas. Esse



contexto enseja a necessidade de edição de nota explicativa em cada exercício financeiro de referência para composição das diferenças.

É mister mencionar que a legislação de direito financeiro estabelece, para o setor público, que os regimes contábeis da receita e despesa orçamentária são distintos (Lei 4.320/64, art. 35). Conforme a norma, o reconhecimento da despesa intraorçamentária se dá pelo empenho, enquanto que a arrecadação e o recebimento efetivo desses valores ocorrem em outro momento, posterior ao empenhamento das despesas. Se a compatibilização das receitas e despesas intraorçamentárias ocorresse com base nas despesas empenhadas, a diferença seria ainda maior. A título de informação, o Estado do Ceará empenhou despesas intraorçamentárias, em 2014, no montante de R\$ 950.761.904,95. Comparando a despesa empenhada e paga, já partiríamos com uma diferença de R\$ 12.742.285,28. Isso justifica a decisão de compatibilizar a receita intraorçamentária arrecadada com a despesa paga, já que o momento de ocorrência desses fatos tende a ser mais aproximado.

Entretanto, mesmo comparando receitas e despesas intraorçamentárias quando da ocorrência dos fluxos financeiros (arrecadação e pagamento), não há como compatibilizar totalmente os valores dentro do exercício, uma vez que as operações que registram a receita e despesa intraorçamentária ocorrem envolvendo Unidades Gestoras e momentos distintos.

A seguir, apresentam-se a receita e despesa intraorçamentária ajustada, considerando as situações que ensejaram tal diferença:

TABELA 151
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA AJUSTADA

	R\$ 1,00
Receitas Intraorçamentários - Valores Líquidos Arrecadados no Exercício	978.849.870,76
1) Saldo de arrecadação de receitas orçamentárias que não foram classificadas em natureza intraorçamentária pelas Unidades Gestoras arrecadadoras.	308.441,31
2) Saldo de arrecadação de receitas intraorçamentárias classificadas indevidamente como passivo financeiro.	156.506,66
3) Repasse recebido da Prefeitura Municipal de Fortaleza classificado indevidamente como receita intraorçamentária.	-1.563.187,00
Total da Receita Intraorçamentária Ajustada	977.751.631,73

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).



TABELA 152
DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA AJUSTADA

	(R\$ 1,00)
Despesas Intraorçamentárias - Valores Pagos no Exercício	938.019.619,67
1) Saldo de pagamento de Restos a Pagar que foram contabilizados como receita intraorçamentária, mas não constam incluídos no total da despesa intraorçamentária paga.	39.739.959,31
2) Despesa empenhada como intraorçamentária indevidamente.	-7.947,25
Total da Despesa Intraorçamentária Ajustada	977.751.631,73

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

4.3.2. Balanço Financeiro Consolidado

O Balanço Financeiro da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes demonstra a Receita e a Despesa Orçamentárias, as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, como também os recebimentos e pagamentos extra-orçamentários, juntamente com os saldos financeiros disponíveis oriundos do exercício anterior e os transferidos para o exercício seguinte e deve ser apresentado conforme a Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

- a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;

(d) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e

(e) o saldo inicial e o saldo final em espécie.

O Balanço Financeiro de 2014 evidenciou que os ingressos orçamentários totalizaram R\$ 21.065.609.482,42. Os dispêndios orçamentários de 2014 somaram a quantia de R\$ 21.783.515.154,38.

As transferências financeiras recebidas totalizaram o montante de R\$ 18.692.732.556,77, enquanto as transferências financeiras concedidas somaram R\$ 18.692.808.730,17.

Os ingressos extra-orçamentários aumentaram, no exercício de 2014, totalizando a quantia de R\$.8.530.656.853,48. No mesmo período, dispêndios extra-orçamentários totalizaram a quantia de R\$.8.466.735.141,70.

O saldo de disponibilidade evidenciado para o exercício seguinte é de R\$ 2.721.558.240,11, o que representa um valor de R\$ 654.060.133,58 inferior ao saldo final de disponibilidade do exercício de 2013 de R\$.3.375.618.373,69.

TABELA 153
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO

	(R\$ 1,00)	
INGRESSOS ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	21.065.609.482,42	18.903.261.676,49
Ordinária	14.492.343.385,52	13.378.470.345,68
Vinculada	6.573.266.096,90	5.524.791.330,81
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	18.692.732.556,77	15.709.243.290,79
RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	8.530.656.853,48	7.820.155.114,99
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.375.618.373,69	2.699.921.322,74
TOTAL	51.664.617.266,36	45.132.581.405,01
	(R\$ 1,00)	
DISPÊNDIOS ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DEPESA ORÇAMENTÁRIA	21.783.515.154,38	18.395.140.660,60
Ordinária	15.123.678.857,95	13.487.853.016,88
Vinculada	6.659.836.296,43	4.907.287.643,72
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	18.692.808.730,17	15.709.243.290,79
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	8.466.735.141,70	7.652.579.079,93
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	2.721.558.240,11	3.375.618.373,69
TOTAL	51.664.617.266,36	45.132.581.405,01

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).



4.3.2.1 Notas Explicativas do Balanço Financeiro Consolidado

BFCON-01 - Critérios utilizados na elaboração do Balanço Financeiro do Estado

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada — 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária).

Já as despesas orçamentárias expostas no Balanço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado, em obediência ao parágrafo único do art. 103 da Lei 4.320/1964 e esse valor é obtido pelo saldo da conta 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado).

O grupo de Transferências Financeiras Recebidas (4.5.1) e Concedidas (3.5.1) refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará.

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está inclusa, a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

Já o grupo de Pagamentos Extraorçamentários são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como os relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (devolução de depósitos, cauções, consignações), bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, representam o saldo inicial e final das contas de caixa e equivalente de caixa (1.1.1) e de ativo financeiro (1.1.2.2.04).

BFCON-02 - Diferença de R\$ 76.173,40 entre as Transferências Financeiras Recebidas e as Transferências Financeiras Concedidas do Estado

O valor refere-se a regularização contábil de devolução de saldo de convênio da fonte 85 (Convênios com Órgãos Estaduais — Administração Indireta) entre a FUNTELC — Fundação de Teleducação do Estado do Ceará e o FEC — Fundo Estadual de Cultura. Referido valor foi devolvido financeiramente em 2012 pela FUNTELC para o FEC pela Nota de Movimentação Financeira nº 70, documento não contabilizado. Para regularização contábil do saldo de banco e disponibilidade, foram feitos os lançamentos abaixo no exercício de 2014, o que ocasionou a diferença entre as transferências recebidas e concedidas.



D_3.5.1.0.2.02.02 — Repasse Concedido - Independente de Execução Orçamentária
C_1.1.1.1.1.08.02 - Recursos a Disposição de Convênios

D_8.2.1.1.1.02 - Disponibilidade por Destinação de Recursos - Outras Fontes
C_7.2.1.1.1 - Disponibilidade de Recursos

Este valor não poderia ter sido devolvido por empenho, pois a fonte 85 está extinta desde o exercício de 2007.

No Fundo Estadual de Cultura o recebimento foi contabilizado em 2012 pelas NLC's 5158, 5159 e 5160.

BFCON-03 - Inscrição de Restos a Pagar Processados do Estado

Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das consignações do exercício a pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) consta inserido nos saldos de créditos empenhados liquidados a pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03) no final do exercício. Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Inscritos ao final do exercício compreende, também, o saldo das consignações do exercício não pagas até 31/12/2014.

Como as consignações do exercício a pagar já estão evidenciadas na linha de Recebimentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro, para se conhecer o valor da inscrição de Restos a Pagar Processados, é preciso subtrair as consignações do exercício, conforme é evidenciado na tabela abaixo:

TABELA 154

CÁLCULO DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DO ESTADO DO CEARÁ

(R\$ 1.00)	
Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014	Valor
Saldo do Grupo de Contas: 6.2.2.1.3.03 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	130.489.729,42
(-) Saldo do Grupo de Contas: 2.1.8.8.1.01.01 - Consignações do Exercício	20.981.067,66
(=) Inscrição de Restos a Pagar Processados	109.508.661,76

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Ressalta-se que para 2015, já foi procedida uma modificação no processo de registro das consignações a pagar, baixando-as como despesa orçamentária paga, no momento da liquidação da despesa orçamentária. Ao mesmo tempo, será criado um movimento extra-orçamentário utilizando-se os grupos 5 e 6 do Plano de Contas, para controlar as consignações não pagas.

BFCON-04 - Pagamentos de Restos a Pagar Processados do Estado

Devido a sistemática de liquidação da despesa adotada pelo S2GPR desde 2012, as consignações de exercícios anteriores pagas (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02) constam inseridas nos saldos dos Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2). Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Pagos ao final do exercício compreende, também, a diferença entre débitos e créditos das consignações dos exercícios anteriores.



TABELA 155

CÁLCULO DO PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DO ESTADO DO CEARÁ

(R\$ 1,00)

Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014	Valor
Saldo da conta 6.3.2.2 - RP Processados Pagos	188.540.670,15
(-) Diferença entre Débitos e Créditos da conta 2.1.8.8.1.01.02 — Consignações dos Exercícios Anteriores	35.415.093,11
(=) Pagamentos de Restos a Pagar Processados	153.125.577,04

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Como as consignações de exercícios anteriores pagas já estão evidenciadas na linha de Pagamentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro, para se conhecer o valor de Restos a Pagar Processados Pagos, é preciso subtrair a diferença entre débitos e créditos das consignações do exercício anterior, conforme é evidenciado na tabela acima.

BFCON-05 — Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários - Outros Valores Restituíveis do Estado

A tabela abaixo evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 156

CÁLCULO DOS RECEBIMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	13.178.632,31
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	91.710.051,34
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	5.184.326.189,36
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	9.758.282,07
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	201.786,06
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	168.006,82
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	9.031.489,34
Total		5.308.374.437,30

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Destaca-se a inclusão da conta contábil 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar, tanto nos recebimentos como nos pagamentos de outros valores restituíveis. Essa conta registra a obrigação da Secretaria da Fazenda em repassar os valores referentes à receita dos órgãos da Administração Indireta arrecadada via DAE pela Sefaz.

A inclusão ocorreu devido a classificação desta conta no Grupo 2.1.8.9.2, enquanto que esta deveria ter sido classificada no grupo 2.1.8.8.2 — Valores Restituíveis — Intra. Como o fato foi percebido quando boa parte do



processo de arrecadação já havia acontecido, decidiu-se incluir a conta e providenciar a sua nova classificação somente para 2015.

A tabela que segue evidencia a composição dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 157
CÁLCULO DOS PAGAMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	110.692,67
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	85.825.188,99
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	4.979.500.020,08
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	11.836.275,02
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	205.301,09
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	165.105,82
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	8.830.792,57
Total		5.086.473.376,24

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

BFCON-06 — Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados do Estado

O valor de R\$ 200.696,77 na linha "depósitos restituíveis e valores vinculados" com a coluna de dispêndios, refere-se ao saldo da conta de ativo financeiro 1.1.2.2.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber.

TABELA 158
SALDO DA ARRECADAÇÃO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA A RECEBER
(1.1.2.2.2.04) POR UNIDADE GESTORA

R\$ 1,00

UG	Valor
080301	736,44
100601	28.768,50
130101	2.209,31
150201	12.393,78
211101	16,04
490101	156.572,70
Total	200.696,77

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Tal conta registra os valores relativos a créditos a receber oriundos das receitas da Administração Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda. A tabela acima, evidencia o valor a receber por Unidade Gestora.



4.3.3. Balanço Patrimonial Consolidado

O Balanço Patrimonial da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes demonstra, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, conforme orientações da Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

- a) **Ativo** - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- b) **Passivo** - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- c) **Patrimônio Líquido** - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
- d) **Contas de Compensação** - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio. No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a) estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.



TABELA 159

DEMONSTRATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(R\$ 1,00)

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	4.183.837.180,58	4.754.661.084,43
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.721.357.566,63	3.375.618.373,69
Créditos a Curto Prazo	293.736.853,10	206.312.645,95
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	234.251.054,76	204.043.811,47
Estoques	934.491.706,09	968.686.253,32
ATIVO NÃO CIRCULANTE	24.425.670.397,70	19.842.577.792,52
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.676.603.367,85	6.167.243.649,70
Investimentos	4.061.370.732,71	3.310.887.527,14
Imobilizado	13.687.202.629,12	10.364.072.947,66
Intangível	493.668,02	373.668,02
TOTAL	28.609.507.578,28	24.597.238.876,95
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	687.218.669,39	532.897.705,67
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	21.537.920,49	68.138.973,71
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	30.644,57	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	14.757.890,99	15.521.156,07
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8.132.790,46	8.240.307,66
Obrigações de Repartição a Outros Entes	49.964.091,07	66.737.750,17
Demais Obrigações a Curto Prazo	592.795.331,81	374.259.518,06
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	8.501.097.309,01	6.980.854.715,22
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	88.943.028,38	84.619.393,27
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	7.764.620.906,38	6.282.259.451,81
Demais Obrigações a Longo Prazo	647.533.374,25	613.975.870,14
TOTAL DO PASSIVO	9.188.315.978,40	7.513.752.420,89
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Demais Reservas	0,00	527.135,79
Resultados Acumulados	19.421.191.599,88	17.082.959.320,27
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.421.191.599,88	17.083.486.456,06
TOTAL	28.609.507.578,28	24.597.238.876,95
ATIVO FINANCEIRO	2.721.558.240,11	3.375.618.373,69
ATIVO PERMANENTE	25.887.949.338,17	21.221.620.503,26
PASSIVO FINANCEIRO	1.132.133.275,71	1.197.055.229,07
PASSIVO PERMANENTE	8.566.481.703,92	7.045.635.927,42
SALDO PATRIMONIAL	18.910.892.598,65	16.354.547.720,46

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em conformidade com a Lei nº 4.320/1.964, artigo 105, que confere o viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, já que separa o Ativo e Passivo em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem, apresentamos o seguinte:



O Balanço Patrimonial Consolidado do exercício de 2014 apresentou em seu ativo financeiro o montante de R\$ 2.721.558.240,11, enquanto o Passivo Financeiro totalizou R\$ 1.132.133.275,71. O Ativo Permanente totalizou um montante de R\$ 25.887.949.338,17, enquanto o Passivo Permanente totalizou R\$ 8.566.481.703,92.

A Situação Patrimonial, evidenciada no Balanço Patrimonial Consolidado de 2014, foi positiva em R\$ 18.910.892.598,65.

De acordo com a Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público o Balanço Patrimonial destacou os seguintes pontos:

Em virtude da adoção dos novos critérios contábeis adotados, os grupos do Ativo e do Passivo foram classificados em Circulante e em Não Circulante, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. As contas do ativo foram dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade e as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

O Ativo, recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, totalizaram o montante de R\$ 28.609.507.578,28.

Os ativos foram classificados como circulantes satisfazendo os seguintes critérios: ativos disponíveis para realização imediata e ativos com expectativa de realização até o término do exercício seguinte. Os demais ativos foram classificados como não circulantes.

O Passivo, obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, somaram em R\$ 9.188.315.978,40.

Os passivos foram classificados como circulantes satisfazendo os seguintes critérios: valores exigíveis até o final do exercício seguinte e valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade. Os demais passivos foram classificados como não circulantes.



TABELA 160
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO
(ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA)

ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO		(R\$ 1,00)
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	200.854.548,17	ADMINISTRAÇÃO META	927.288.637,60	1.075.565.910,57
RECURSOS DO TESOURO	999.384.183,41	RECURSOS DO TESOURO	613.058.466,92	386.325.716,49
- Tesouro	999.384.183,41	- Tesouro	613.058.466,92	385.325.716,49
RECURSOS VINCULADOS	1.003.470.364,76	RECURSOS VINCULADOS	314.230.170,68	689.240.194,08
- Do Salário Educação	214.466.812,29	- Db Salário Educação	9.770.928,30	11.675.752,99
- Do FECOP	145.215.256,25	- DD FECOP	64.036.394,36	81.178.861,89
- Da CIDE	413.855,23	- Da CIDE	0,00	413.855,23
- DD FUNDEB	29.964.926,42	- D FUNDEB	30.536.260,44	-571.334,02
- Li M lida Comp Ambiental	6.095.851,07	- Li Médica Comp Ambiental	2.593.926,8	5.836.458,39
- Do MT	17.933.652,77	- Do FIT	473.111,25	13.172.533,52
- Das Operações de Créditos	304.620.477,00	- IAs Operações e Créditos	80.923.984,89	223.696.492,99
- De Convênios e outros	477.809.663,85	- De Convênios e cores	123.972.090,76	353.837.573,09
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	718.703.691,94	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	204.477.147,56	574.460.402,04
RECURSOS PRÓPRIOS	197.264.475,07	RECURSOS PRÓPRIOS	54.338.092,83	142.926.382,24
- Arrecadação	197.264.475,07	- Arrecadação	54.338.092,83	142.926.382,24
TRANSFERÊNCIAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS	60.233.857,66	-60.233.857,66
- Recursos do tesouro	0,00	- &o= do tesouro	60.233.857,66	-60.233.857,66
RECURSOS VINCULADOS	521.439.216,87	RECURSOS VINCULADOS	89.905.197,07	431.534.019,80
- Co regime Previdenciário	172.105,11	- Do regime Previdenciário	344.004,55	171.761.283,55
- Depósitos Judiciais	3.565.470,34	- Depósitos Judiciais	1.961.534,14	1.603.936,20
- Do FUNDEB	1.486.366,37	- Do FUNDEB	2.769,30	148.359,07
- Transferências do SUS	174.972.792,70	- Transferências do SUS	57.769.109,54	117.203.683,16
- D3 Médica Compensatória Ambiental	39.379.364,45	Compensatória Ambiental	140.760,00	37.971.764,45
- Das Operações de Créditos Internas	397.289,99	- Das Cp. de &dites Internas	0,00	397.278,99
- Das Operações de Créditos	0,00	- Das Cp. de Créditos	1.737.259,35	-1.737.259,35
- Repasse Fundo a Fundo - Defesa Civil	15.402.956,86	- Repasse Fundo a Fundo - Defesa Civil	10.453.074,44	494.882,42
- Repasse Fundo a Fundo - FNAS	3.438.608,58	- Repasse Fundo a Fundo - FNAS	2.165.09,92	3.222.098,66
- De Convênios	103.436.421,50	- Ik Convênios	8.504.399,37	949.320,22
TRANSFERÊNCIAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS	3.744.155,08	-3.744.155,08
- Transferências do FECOP	0,00	- Transferências FECOP	3.744.155,08	-3.744.155,08
- Transferências da CIDE	0,00	- Transferências da CIDE	20.626,30	-20.626,30
- Contrap. de Conv.-Tesouro e FECOP	7.254.658,97	- Contrap. de Conv.-Tesouro e FECOP	0,00	7.254.658,97
TOTAL	2.721.558.240,11	TOTAL	1.131.765.785,16	1.650.026.312,61

Fonte: ~TE da Administração Direta e Indireta/2014

Nota: Valores com passivos negativos na Administração Indireta tem seus ativos incluídos na Administração Direta, tendo em vista a dependência daquela para com o Tesouro, mim: Fontes Tesouro, FECOP, Operações de Crédito e outras

4.3.3.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial Consolidado

BPCON-01— Critérios utilizados na elaboração do Balanço Patrimonial do Estado

Para o preenchimento deste Balanço utilizam-se as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas do Estado do Ceará para o exercício de 2014, além da classe 8 (Controles Credores) para o quadro referente às compensações.

Em observância ao art. 105 da lei 4.320/1964, elaborou-se um quadro anexo ao Balanço Patrimonial que evidencia a total do ativo e passivo financeiro, bem como o ativo e passivo permanente e o saldo patrimonial.

O ativo financeiro é obtido pelo somatório do saldo final das contas do ativo (Grupo 1) que possuem o atributo F. Já o ativo permanente compreende a soma dos saldos das contas do ativo que possuem o atributo P. Obtêm-se o valor do passivo financeiro através do somatório dos saldos finais das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo F, e o saldo das contas de crédito empenhado a liquidar e restos a pagar não processados a liquidar. E, por fim, o passivo permanente compreende a soma dos saldos das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo P.

BPCON-02 - Detalhamento da Conta "Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo" do Estado

A tabela abaixo evidencia os subgrupos que compõem a conta "Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo".

TABELA 161
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO

R\$ 1,00)			
Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.8	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	986.595.943,80	855.302.319,59
1.1.3.8.1	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	986.595.943,80	855.302.319,59
1.1.3.8.1.05	Adiantamentos de Precatórios (P)	82.347.960,70	56.482.899,39
1.1.3.8.1.34	Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	904.247.435,50	798.818.872,60
1.1.3.8.1.34.01	Creditos a Receber - PROVIN (P)	904.247.435,50	797.010.949,16
1.1.3.8.1.34.03	Créditos a Receber - PDCI (P)	0,00	1.807.923,44
1.1.3.8.1.99	Outros Créditos a Receber (P)	547,6	547,6

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

BPCON-03 - Detalhamento da Conta "Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo" do Estado



A tabela abaixo demonstra a composição da conta "Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo".

TABELA 162
AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.9	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-754.243.921,40	-654.481.387,23
1.1.3.9.1	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	-754.243.921,40	-654.481.387,23
1.1.3.9.1.04	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	-754.243.921,40	-654.481.387,23
1.1.3.9.1.04.01	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN (P)	-754.243.921,40	-653.175.161,35
1.1.3.9.1.04.02	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PDCI (P)	0,00	-1.306.225,88

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

BPCON-04 — Detalhamento da Conta "Créditos a Longo Prazo" do Estado

A tabela a seguir demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.

TABELA 163
CRÉDITOS A LONGO PRAZO

R\$ 1,00

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.2.1.1	Créditos a Longo Prazo	6.455.282.064,68	5.952.948.232,32
1.2.1.1.1	Créditos a Longo Prazo - Consolidação	6.455.282.064,68	5.952.948.232,32
1.2.1.1.1.03	Dívida Ativa Tributária	6.325.632.932,55	5.730.150.497,63
1.2.1.1.1.03.01	Dívida Ativa - Créditos de IPVA Inscritos (P)	72.512.994,29	77.699.296,02
1.2.1.1.1.03.02	Dívida Ativa - Créditos de ITCD Inscritos (P)	29.896.827,35	22.065.468,20
1.2.1.1.1.03.03	Dívida Ativa - Créditos de ICMS Inscritos (P)	5.499.600.495,71	5.565.323.271,03
1.2.1.1.1.03.06	Dívida Ativa - Créditos de Multas e Obrigações Acessórias (P)	723.622.615,20	65.062.462,38
1.2.1.1.1.04	Dívida Ativa não Tributária - Clientes	67.530.474,06	0,00
1.2.1.1.1.04.04	Dívida Ativa - Não Tributária	67.530.474,06	0,00
1.2.1.1.1.05	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	461.654.645,68	306.015.806,43
1.2.1.1.1.05.01	Empréstimos Concedidos (P)	13.140.462,77	13.140.462,77
1.2.1.1.1.05.02	Financiamentos Concedidos (P)	824.163,00	824.163,00
1.2.1.1.1.05.11	Empréstimos e Financiamentos - PROAPI (P)	447.690.019,91	292.051.180,66
1.2.1.1.1.06	Dívida Ativa a Classificar	57.908,97	176.634.442,74
1.2.1.1.1.99	(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-399.593.896,58	-259.852.514,48
1.2.1.1.1.99.05	(-) Ajuste para Perdas Créditos do PROAPI	-399.593.896,58	-259.852.514,48

Fonte: Sistema de Gestão Governamental Dor Resultados - S2GPR (2014).



BPCON-05 - Composição do Passivo Financeiro do Estado

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público — MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105:

“§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.”

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se no tabela 06. São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

TABELA 164
COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

	(R\$ 1,00)
Passivo (Atributo F)	621.834.274,48
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	435.295.544,39
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	75.003.456,84
(=) Passivo Financeiro	1.132.133.275,71

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

4.3.4. Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas

As variações patrimoniais da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes evidencia os efeitos ocorridos no Patrimônio do Estado, resultantes ou não da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial do exercício. Esta demonstração é apresentada conforme a Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.



Segundo o art. 104 da Lei no 4.320/1964, "a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício."

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

TABELA 165
DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS

	(R\$ 1,00)	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	41.501.258.320,97	36.002.725.664,76
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.505.454.418,28	10.176.807.187,05
Contribuições	1.361.596.574,52	1.209.819.337,60
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	175.943.698,90	318.580.845,50
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	755.154.024,10	731.625.198,04
Transferências e Delegações Recebidas	25.918.999.751,76	22.282.044.689,44
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.784.109.853,41	1.283.848.407,13
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	38.826.486.677,94	33.417.107.224,66
Pessoal e Encargos	6.701.043.887,24	6.081.473.567,26
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.430.748.376,46	2.204.347.967,61
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.887.948.872,05	2.746.098.684,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.135.605.765,64	1.108.631.925,73
Transferências e Delegações Concedidas	22.843.531.466,39	19.150.990.019,23
Desvalorização e Perda de Ativos	1.467.031.662,22	1.267.525.430,98
Tributárias	192.182.129,48	173.282.845,56
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.168.394.518,46	684.756.784,29
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.674.771.643,03	2.585.618.440,10
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativo	3.655.856.218,20	1.511.816.712,88
Desincorporação de Passivo	595.815.980,54	527.673.309,92
Incorporação de Passivo	1.633.746.799,08	1.190.525.228,89
Desincorporação de Ativo	96.442.308,18	106.663.706,12

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais, do exercício de 2014, demonstra um total de variações patrimoniais aumentativas de R\$ 41.501.258.320,97 e um total de variações patrimoniais diminutivas, contabilizadas em R\$ 38.826.486.677,94. Portanto, os efeitos patrimoniais ocorridos no exercício de 2014 contribuíram em R\$ 2.674.771.643,03 para o superávit apurado.



4.3.4.1 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

DVPCON-01 - Critérios utilizados na elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais do Estado

As Variações Patrimoniais Quantitativas do Balanço do Estado do Ceará são elaboradas utilizando-se as classes 3 e 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Na classe 3 estão as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e na classe 4 estão as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA).

Já as Variações Patrimoniais Qualitativas, que correspondem às variações decorrentes da execução orçamentária que não afetam o patrimônio líquido, são elaboradas utilizando-se a classe 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Para os grupos de Incorporação do Ativo e Desincorporação do Passivo são utilizadas as contas de despesas liquidadas. Já os grupos de Incorporação do Passivo e Desincorporação do Ativo são elaborados utilizando-se a conta de receita realizada.

Variações Patrimoniais Quantitativas

DVPCON-02 - Diferença de R\$ 76.173,40 entre as Transferências Financeiras Intraorçamentárias Recebidas e as Transferências Financeiras Intraorçamentárias Concedidas do Estado

O valor refere-se a regularização contábil de devolução de saldo de convênio da fonte 85 (Convênios com Órgãos Estaduais — Administração Indireta) entre a FUNTELC — Fundação de Teleducação do Estado do Ceará e o FEC - Fundo Estadual de Cultura. Referido valor foi devolvido financeiramente em 2012 pela FUNTELC para o FEC pela Nota de Movimentação Financeira nº 70, documento não contabilizado. Para regularização contábil do saldo de banco e disponibilidade, foram feitos os lançamentos abaixo no exercício de 2014, o que ocasionou a diferença entre as transferências recebidas e concedidas.

D_ 3.5.1.0.2.02.02 — Repasse Concedido - Independente de Execução Orçamentária

C_ 1.1.1.1.1.08.02 - Recursos a Disposição de Convênios

D_ 8.2.1.1.1.02 - Disponibilidade por Destinação de Recursos - Outras Fontes

C_ 7.2.1.1.1 - Disponibilidade de Recursos

Este valor não poderia ter sido devolvido por empenho, pois a fonte 85 está extinta desde o exercício de 2007. No Fundo Estadual de Cultura o recebimento foi contabilizado em 2012 pelas NLC's 5158, 5159 e 5160.

Variações Patrimoniais Qualitativas

Incorporação do Ativo

DVPCON-03 - Aquisição de Bens Móveis provenientes de Outras Fontes do Estado

As fontes que foram utilizadas para aquisição de bens móveis, excetuando-se a Fonte de Alienação de Bens (Fonte 12), estão discriminadas na tabela a seguir:

TABELA 166
OUTRAS FONTES UTILIZADAS NA COMPRA DE BENS MÓVEIS DO ESTADO DO CEARÁ

(R\$ 1,00)

Fonte de Recursos		Valor
Fonte 00	Recursos Ordinários	91.024.134,96
Fonte 01	Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	37.019.661,69
Fonte 07	Cota-parte da Contribuição do Salário-Família	4.370.660,17
Fonte 10	Recursos provenientes do FECOP	5.838.468,46
Fonte 15	Depósitos Judiciais - PIMPJ	1.681.600,55
Fonte 16	Medida Compensatória Ambiental	266.455,12
Fonte 40	Operações de Crédito Não Condicionada	49.324,09
Fonte 45	Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	17.383.076,67
Fonte 47	Operações de Crédito Internas - BNDES/Estados	18.205.684,88
Fonte 53	Operações de Crédito Internas - PROINVESTE	1.841.128,00
Fonte 58	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BIRD	606.736,59
Fonte 59	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	14.615.525,74
Fonte 67	Operações de Crédito Externas - Tesouro/MLW	76.143.079,35
Fonte 69	Operações de Crédito Externas - PFORR	74.369.326,70
Fonte 70	Recursos diretamente arrecadados	22.946.391,54
Fonte 76	Recursos Provenientes do FIT	2.964.984,02
Fonte 80	Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Direta	131.176,44
Fonte 82	Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta	70.665.057,12
Fonte 83	Convênios com Órgãos Federais - Administração Indireta	2.005.378,28
Fonte 89	Convênios com Órgãos Privados - Administração Indireta	136.681,09
Fonte 91	Recursos provenientes do SUS	32.116.297,12
Fonte 92	Repasse Fundo a Fundo - FNAS	108.236,60
TOTAL		474.489.065,18

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

DVPCON-04 - Outras Incorporações do Ativo do Estado

As Outras Incorporações do Ativo estão detalhadas na tabela abaixo, por modalidade e elemento de despesa:



TABELA 167

COMPOSIÇÃO DAS OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO DO ESTADO DO CEARÁ

(R\$ 1,00)

Modalidade e Elemento		Valor
339030	Material de Consumo	346.433.123,16
339032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	211.352.674,56
339132	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.242,23
449014	Diária-Civil	32.562,39
449020	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	21.546,11
449030	Material de Consumo	13.162.593,97
449033	Passagens e Despesas de Locomoção	38.256,18
449035	Serviço de Consultoria	35.922.367,53
449036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	291.540,00
449039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	226.021.892,55
449047	Obrigações Tributárias e Contributivas	140.680,26
449147	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.504.484,84
459062	Aquisição de Bens para Revenda	2.147.405,78
TOTAL		837.070.369,56

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

DVPCON-05 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos do Estado

A concessão de Empréstimos e Financiamentos no Estado do Ceará refere-se ao Fundo de Desenvolvimento Industrial — FDI, no valor de R\$ 259.865.646,04.

Desincorporação do Ativo

DVPCON-06 - Empréstimos e Financiamentos do Estado

Os recebimentos referentes aos empréstimos e financiamentos concedidos estão detalhados a seguir:

TABELA 168

COMPOSIÇÃO DOS RECEBIMENTOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS NO ESTADO DO CEARÁ

(R\$ 1,00)

Empréstimos e Financiamentos Recebidos	Valor
Programa FDI	13.264.978,97
Programa de Sementes	261.963,38
Concessão de Empréstimo ao artesão	500,00
TOTAL	13.527.442,35

Fonte: Sistema de Gestão Governamental Dor Resultados - S2GPR (2014).

4.3.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida fluante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Na tabela 93, o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante.

TABELA 169
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

(R\$ 1,00)

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	625.431.652,16	0	550.116.124,25	75.315.527,91
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	105.007.143,90	0	105.007.143,90	
DESTE EXERCÍCIO	0	435.295.544,39	0	435.295.544,39
SUBTOTAL	730.438.796,06	435.295.544,39	655.123.268,15	510.611.072,30
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	161.826.720,74	0	160.352.851,34	1.473.869,40
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	2.380.671,53	0	2.380.671,53	0
DESTE EXERCÍCIO	0	109.508.661,76		109.508.661,76
SUBTOTAL	164.207.392,27	109.508.661,76	162.733.522,87	110.982.531,16
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0	0	0	0
SUBTOTAL	0	0	0	0
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	302.707.510,43	7.985.852.647,33	7.778.387.976,06	510.172.181,70
SUBTOTAL	302.707.510,43	7.985.852.647,33	7.778.387.976,06	510.172.181,70
DÉBITOS DE TESOURARIA	0	0	0	0
SUBTOTAL	0	0	0	0
	1.197.353.598,76	8.530.656.853,48	8.596.244.767,08	1.131.765.785,16

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).



4.3.5.1. Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

DFCON-01 - Ajuste nos saldos iniciais da Dívida Flutuante de 2014, para correção de inconsistências identificadas no Demonstrativo da Dívida Flutuante de 2013

Em 2014, foram identificadas as seguintes diferenças entre o saldo final da Dívida Flutuante apresentado no Balanço de 2013 e o evidenciado como saldo do exercício anterior no Demonstrativo da Dívida Flutuante de 31/12/2014:

TABELA 170

DIFERENÇA ENTRE O SALDO FINAL DA DÍVIDA FLUTUANTE EM 2013 E O INICIAL EM 2014

(R\$ 1,00)

Dívida Flutuante	Saldo para o Exercício Seguinte - DF 2013	Saldo do Exercício Anterior - DF 2014	Diferença
Restos a Pagar Não Processados	730.436.344,47	730.438.796,06	2.451,59 (I)
Restos a Pagar Processados	164.313.630,56	164.207.392,27	-106.238,29 (II)
Depósitos de Diversas Origens	367.488.722,63	302.707.510,43	-64.781.212,20 (III)
Total	1.262.238.697,66	1.197.353.698,76	-64.884.998,90

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

(I) A diferença de R\$ 2.451,59, no subgrupo Restos a Pagar Não Processados, corresponde ao ajuste da inscrição de Restos a Pagar da NED nº 819/2012, Unidade Gestora 460201 — Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Ceará (ETICE), cujo pagamento do Resto a Pagar foi indevidamente contabilizado como Não Processado, em 2013, sendo que o referido empenho havia sido inscrito como Processado. Tal situação foi regularizada com o ajuste dos respectivos saldos iniciais em 2014.

(II) A diferença de R\$ 106.238,29, no subgrupo Restos a Pagar Processados, corresponde ao somatório dos seguintes valores: (a) o ajuste da inscrição de Restos a Pagar da NED nº 819/2012, UG 460201, no valor de R\$ 2.451,59, conforme explicado do item I; (b) o saldo do subgrupo 2.1.8.8.1.01.02 — Consignações a Pagar de Exercícios Anteriores, no valor de R\$ 103.786,70, que deveria ter sido excluído do saldo dos Restos a Pagar Processados — 1º exercício — na Dívida Flutuante de 2013. Cabe esclarecer que, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das consignações de exercícios anteriores a pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02) consta inserido nos saldos de Restos a Pagar Processados de anos anteriores (grupos de contas 5.3.2.1, 5.3.2.2 e 6.3.2.1) no final do exercício. Logo, na contabilidade, o valor de Restos a Pagar Processados de anos anteriores ao final do exercício compreende, também, o saldo das Consignações de Exercícios Anteriores não Pagas. Como o Demonstrativo da Dívida Flutuante exige que se divulguem em separado os saldos de Restos a Pagar Processados e Depósitos de Diversas Origens (que inclui as Consignações a Pagar), a subtração e ajuste dos saldos se fazem necessários, o que não havia ocorrido em 2013.



(III) A diferença de R\$ 64.781.212,20 no subgrupo Depósitos corresponde ao saldo da conta 2.1.8.8.1.51.01 — Depósitos Judiciais Transferidos (P), pertencente à Unidade Gestora 040101 — Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Judiciário (FERMOJU). Essa conta de Passivo Circulante não pertence ao Passivo Financeiro, motivo pelo qual está marcada na Contabilidade com o atributo P. Sendo assim, não deveria constar no mapeamento das contas contábeis para ser incluída na Dívida Flutuante, o que acabou acontecendo em 2013. A referida inconsistência foi percebida e corrigida para o Balanço de 2014.

DFCON-02 - Mudança no mapeamento das contas contábeis para apresentação dos saldos de Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores (grupos de contas 5.3.2.1, 5.3.2.2 e 6.3.2.1), Consignações a Pagar de Exercícios Anteriores (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02), e Inclusão da conta Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (2.1.8.9.2.04), para elaboração da Dívida Flutuante (DF), a fim de adequar o saldo evidenciado no referido demonstrativo com o Passivo Financeiro constante em anexo ao Balanço Patrimonial

Foram feitos ajustes na grade de elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante de 2014, em comparação com a grade do Balanço/2013, a fim de conciliar esse demonstrativo com o saldo do Passivo Financeiro apresentado em anexo ao Balanço Patrimonial. As linhas que sofreram alterações na composição dos saldos e as devidas justificativas para a alteração constam a seguir:

(I) Linha de Subtotal dos Restos a Pagar Processados: fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha, para subtrair dos totais apresentados os saldos das Consignações a Pagar de Exercícios Anteriores (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02), uma vez que devem ser apresentados na Linha de Depósitos de Diversas Origens. Cabe esclarecer que, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das Consignações de Exercícios Anteriores a Pagar consta inserido nos saldos de Restos a Pagar Processados de anos anteriores (grupos de contas 5.3.2.1, 5.3.2.2 e 6.3.2.1). Logo, na contabilidade, o valor de Restos a Pagar Processados de anos anteriores ao final do exercício compreende, também, o saldo das Consignações de Exercícios Anteriores não Pagas. Como o Demonstrativo da Dívida Flutuante exige que se divulguem em separado os saldos de Restos a Pagar Processados e Depósitos de Diversas Origens (que inclui as Consignações a Pagar), a subtração e o ajuste dos saldos se fazem necessários.

(II) Linha Depósitos de Diversas Origens — ajuste 1: fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para exclusão das contas do subgrupo 2.1.8.8.1 que possuem atributo P (Permanente). Essas contas de Passivo Circulante não pertencem ao Passivo Financeiro, motivo pelo qual estão marcadas na contabilidade com o atributo P. Sendo assim, não deveriam constar no mapeamento das contas contábeis para serem incluídas na Dívida Flutuante, o que acabou acontecendo em 2013, já que o referido ajuste, até então, não havia sido efetuado. A referida inconsistência foi percebida e corrigida para o Balanço de 2014. A tabela a seguir apresenta os saldos, em 31/12/2014, das contas incluídas no subgrupo 2.1.8.8.1 que possuem atributo P e que foram excluídos do saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante:



TABELA 171

CONTAS EXCLUÍDAS NA CONTA DE DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

(R\$ 1,00)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2014
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	79.484,73
2.1.8.8.1.51.01	Depósitos Judiciais Transferidos (P)	65.274.109,13
Total subtraído do Subtotal: Depósitos de Diversas Origens (DF)		65.353.593,86

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

(III) Linha Depósitos de Diversas Origens - ajuste 2: fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para inclusão de saldo da conta 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (F). A partir de 2014, a arrecadação de várias Unidades Gestoras da Administração Indireta passou a ocorrer através do Documento de Arrecadação Estadual (DAE), cuja administração dos recebimentos cabe à Secretaria da Fazenda. Em virtude da diferença temporal entre a arrecadação e o recolhimento desses valores (D+1), sempre que ocorre a arrecadação do DAE, a receita orçamentária é classificada na Unidade Gestora detentora da receita, entretanto o recurso financeiro ingressa na conta do Tesouro Estadual registrada na SEFAZ, gerando um saldo a pagar na conta 2.1.8.9.2.04 (F). No dia seguinte à arrecadação, ocorre uma movimentação financeira transferindo o recurso para a respectiva entidade da Administração Indireta, baixando a obrigação anteriormente registrada. A arrecadação de 31/12/2014, portanto, somente será repassada em 02/01/2015, gerando um saldo a pagar nessa conta e que deve compor a Dívida Flutuante. A tabela a seguir apresenta o saldo, em 31/12/2014, da conta 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (F) e que foi incluído no saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante:

(R\$ 1,00)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2014
2.1.8.9.2.04	<u>Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (F)</u>	200.696,77

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

Considerando os ajustes citados nos itens II e III, a composição dos Depósitos de Diversas Origens é apresentada na tabela abaixo:

TABELA 172

COMPOSIÇÃO DOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

(R\$ 1,00)

Descrição	Saldo em 31/12/2014
Saldo do grupo de contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis	575.325.078,79
(-) Ajuste 1 - Saldos com atributo P a serem excluídos no grupo 2.1.8.8.1	-65.353.593,86
(+) Ajuste 2 - Arrecadação da Administração Indireta a repassar - 2.1.8.9.2.04 (F)	200.696,77
(=) Total dos Depósitos de Diversas Origens (DF)	510.172.181,70

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).



DFCON-03 - Inscrição dos Restos a Pagar Processados em 31.12.2014

Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das Consignações do Exercício a Pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) consta inserido nos saldos de Créditos Liquidados a Pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03). Logo, o valor de Restos a Pagar Processados inscritos ao final do exercício compreende, também, o saldo das consignações do exercício não pagas até 31/12/2014. Para se conhecer o saldo de Restos a Pagar, exceto as Consignações, é preciso subtraí-las do total de Créditos Empenhados Liquidados a Pagar. O resultado dessa subtração representa o valor de Restos a Pagar inscritos no exercício apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF). A fim de melhor evidenciar esses valores, segue tabela abaixo:

TABELA 173
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

R\$ 1,00	
Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2014	Valor
Saldo do Grupo de Contas: 6.2.2.1.3.03 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar — Valor que será registrado como Inscrição de Restos a Pagar Processados	130.489.729,42
(-) Saldo do Grupo de Contas: 2.1.8.8.1.01.01 - Consignações do Exercício	-20.981.067,66
Valor dos Restos a Pagar Processados (exceto Consignações) apresentado na linha: Restos a Pagar Processados — Inscrição do Exercício (DF)	109.508.661,76

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

DFCON-04 - Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como Baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. A tabela abaixo apresenta o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas em 2014:

TABELA 174
BAIXAS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

(R\$ 1,00)	
Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2014
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.4)	535.221.588,60
Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.9)	119.901.679,55
Somatório das Baixas de RPNP	655.123.268,15

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).



TABELA 175

BAIXAS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2014
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.2)	188.540.670,15
(-) Pagamento de Consignações de Exercícios Anteriores (Débitos - Créditos do Subgrupo de Contas 2.1.8.8.1.01.02) (*)	-35.415.093,11
(=) Pagamento de RPP líquido das Consignações Pagas de Exercícios Anteriores	153.125.577,04
(+) Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.9)	9.607.945,83
Somatório das Baixas de Restos a Pagar Processados (RPP)	162.733.522,87

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2014).

*) Com base nas explicações apresentadas nas notas anteriores, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR, o pagamento dos Restos a Pagar Processados também precisa ser ajustado das Consignações de Exercícios Anteriores Pagas, que constam registrados na conta contábil de Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2), mas são evidenciados em separado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF). Logo, o valor de pagamentos de Restos a Pagar Processados é evidenciado líquido das Consignações de Exercícios Anteriores pagas em 2014 e o pagamento das referidas Consignações está incluso nos saldos apresentados na linha Depósitos de Diversas Origens.

4.4. Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista são entidades com personalidade jurídica de direito privado submetidas às regras da Lei no 6.404/76, com alterações das leis 11.638/07 e 11.941/09.

A estrutura administrativa do Estado do Ceará possui 2 (duas) Empresas Públicas, que são entidades administradas exclusivamente pelo Poder Público com a finalidade prevista em Lei e de propriedade única do Estado; e 10(dez) Sociedades de Economia Mista, onde há colaboração entre o Estado e particulares, ambos reunindo recursos para a realização de uma finalidade, sempre de objetivo econômico.

O Balanço Geral do Estado contém as Demonstrações Financeiras exigidas pelas leis aplicáveis às Empresas e Sociedades de Economia Mista. São elas: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração dos Resultados do Exercício (DRE); Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) - para as sociedades com Patrimônio Líquido superior a R\$ 2.000.000,00 e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - para as sociedades de capital aberto.

Destacamos que algumas dessas entidades são classificadas como Empresas Estatais Dependentes de acordo com ao art. 2º, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, apresentaram execução orçamentária, financeira e patrimonial.